



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL

Sessão de 27, 9, 2019

Deliberação: Aprovação do Orçamento

Assinado por: [Signature]

[Signature]

Assembleia Municipal de Vila Real

ATA NÚMERO TREZE

SESSÃO ORDINÁRIA

DE

29 DE ABRIL 2019

----- No dia vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Clemente Matos (PSD), Martina da Conceição Doutel Correia (PS), Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos (PSD), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), José Joaquim Abraão (PS), Eurico Vasco Ferreira Amorim (PSD), Zita Maria Lameirão Pires (PS), Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Tiago José Rodrigues Monteiro (PS), Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues (PSD), Tiago Manuel Gouvinhas Mendes (PS), José Monteiro dos Santos (PS), Abílio de Mesquita Araújo Guedes (PSD), Sónia Isabel Esteves Cruz (PS), Patrique José Luís Alves (CDS-PP), Octávio Martins Salgueiro (PS), Fernando António Pádua Correia de Azevedo (PSD), João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS), Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), Cristina Teixeira Peixoto (PSD), Cristiano da Silva Pereira Moreira (PS), Almiro Amaro Pereira Campos Ponteira (PS), Pedro Fernando Seixas Leite da Silva (PSD), Luís Filipe Borges Brigas (PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Mais e Melhor), José Armando Ribeiro de Sousa (PS), Jorge Luís Jorge Maio (PS), Francisco José Moreiras Nogueira (PS), Manuel João Musqueira Pombal (PSD), Manuel Adolfo Salgueiro Libório (PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Sentir), Hélder Albertino Carneiro Afonso (PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Amar Lordelo), Artur Ribeiro de Carvalho (PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (PS), Francisco José Ferreira da Rocha (PS), Manuel Agostinho Claro Pimenta (PSD), Maria Adília Barrias Clemente (PSD), José Maria Aires da Costa (PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

----- Luís Manuel Morais Leite Ramos (PSD), por Isabel Maria Clemente Matos (PSD). -----

----- Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), por Martina da Conceição Doutel Correia (PS). -----

----- Fernando Manuel Silveira Lopes (PS), por Tiago Manuel Gouvinhas Mendes (PS). -----

----- Jorge Manuel do Souto Alves (PS), não se fez substituir. -----

----- Paulo Alexandre Portela Correia (PS), não se fez substituir. -----

----- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos e pelos Senhores Vereadores do PS: Adriano António Pinto de Sousa, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida, José Maria Guedes Correia de Magalhães, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva e Nuno Miguel Félix Pinto Augusto. Do PSD estiveram presentes os Senhores Vereadores, António Batista de Carvalho e Manuel Carlos Trindade Moreira. -----

----- **Hora de abertura:** Às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. -----

ORDEM DO DIA

1º Ponto -Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

2º Ponto - Appreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do Município, referentes ao exercício de 2018 e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea l) do nº. 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 15 de abril de 2019**).

3º Ponto - Aprovar a 1ª Revisão do Orçamento de 2019 e das GOP's (Grandes Opções do Plano) para o período 2019-2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 15 de abril de 2019**).

4º Ponto - Aprovar a proposta de contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, no valor até € 1 350 000 junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, para financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do, Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 8 de abril de 2019**).

5º Ponto - Aprovar a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para o recrutamento de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau – Chefe dos Serviços de Informática e Modernização Administrativa, de 4.º grau Coordenador dos Serviços de Gestão do Pavilhão dos Desportos e Coordenador dos Serviços de Gestão das Piscinas Municipais, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, (**deliberação da Câmara Municipal de 15 de abril de 2019**).

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR)**:- No uso da palavra, disse: Muito boa noite, Senhoras e Senhores Deputados, ao Excelentíssimo Executivo da Câmara Municipal de Vila Real, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, a todos os que nos ouvem e veem em suas casas a esta Assembleia, à Comunicação Social. -----

--- Desejamos a todos, uma ótima sessão e que seja muito produtiva como habitualmente. Esperamos também pela presença da Segunda Secretária desta Mesa da Assembleia. -----

---- Abrimos assim esta Sessão Ordinária com o período de Antes da Ordem do Dia a informar da mobilidade entre Deputados desta Assembleia. Aceites as justificações, por sua vez, foram feitas as substituições conforme já referi. -----

---- De seguida, coloco à vossa consideração a Ata 28 de fevereiro de 2019, a qual todos tiveram acesso e puderam fazer o seu estudo minucioso e poderão proceder às críticas. Cumpre-me perguntar se algum Deputado se quer pronunciar sobre esta Ata. Posta à votação. -----



----- **DELIBERAÇÃO:** - A Ata de vinte e oito de fevereiro de 2019 foi aprovada por unanimidade.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** acrescentou: Passo a ler o expediente:

Expediente recebido de 28 de Fevereiro a 29 de Abril/19

- Da Câmara Municipal de Vila Real
- **Vários convites**
- Do Presidente da Câmara de Vila Real e Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Marão Douro Norte, para a cerimónia de inauguração das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real e Banda de Música de Mateus para um Concerto “ Via Dolorosa/Paixão de Cristo” no dia 13 de Abril na Sé Catedral.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, da Embaixada dos EUA, e do Conservatório Regional de Música de Vila Real para um Concerto do Delphi Trio, no dia 10 de Abril no Auditório Comendador Correia Botelho.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, (Grémio Literário) para participar na 3ª. Jornada do Ciclo “Os Lugares de João de Araújo Correia”, no dia 23 de Março em Vila Real.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, (Grémio Literário) para participar na 4ª. Jornada do Ciclo “Os Lugares de João de Araújo Correia”, no dia 13 de Abril em Braga.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, (Grémio Literário) para participar na 10ª. Jornada do Ciclo “ Torga – Na Rota do Diário”, no dia 27 de Abril em Macedo de Cavaleiros.
- Do Presidente da Câmara de Vila Real, (Grémio Literário) para comemorar o Dia Mundial da Poesia, no dia 21 de Março no Auditório da Biblioteca Municipal.
- Do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Marão Douro Norte, para a cerimónia de inauguração das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande.
- (Do Gabinete de Protocolo e Informação) a divisão da Ação Social e Saúde do Município de Vila Real, a convidar todos os trabalhadores da Câmara Municipal a participar numa atividade física no dia 8 de Abril nos Claustros do Edifício celebrando assim o Dia Mundial da Atividade Física e o Dia Mundial da Saúde.
- Do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Marão Douro Norte, para a cerimónia de inauguração das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande.
- Do Ciclo de Conferencias Quid Juris – Descentralização Administrativa – um ciclo subordinado às especialidades jurídicas das entidades intermunicipais e autarquias locais.
- Tâmega e Sousa Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Marão Douro Norte, para a cerimónia de inauguração das novas instalações da Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande.
- Da Biblioteca Municipal para a Sessão de Lançamento do Livro “ Paisagem com Pintor e Menina” de Marina Rocha, no dia 5 de Abril às 21,30, tendo como Orador o Dr. Henrique Morgado.
- **Vários convites do Grémio Literário;**

. Serviço de Difusão a pedido do Grémio (vários convites)

- Vários convites de outras entidades
- Do Conselho de Administração da Luz Saúde Hospital em Vila Real, para a cerimónia de inauguração Hospital da Luz de Vila Real no dia 22 de março.
- Da UTAD Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Fundação da Casa de Mateus para uma conferência /Radical # 6, Alfons Coenella na Aula Magna da UTAD, sobre novas tendências tecnológicas e sociais e lançamento do livro Educar Humanos num Mundo de Máquinas Inteligentes.
- Da UTAD Universidade de Trás-os-Montes para uma reunião com o Comissário europeu, Carlos Moedas no dia 22 de Março a realizar no novo Átrio da Reitoria.
- Do Presidente da Liga dos Combatentes – Núcleo de Vila Real e do Regimento de Infantaria n.º. 13 para as comemorações do 11.º. Aniversário da Batalha de La Lys e 94.º Aniversário do Núcleo, no dia 9 de Abril.
- Da Fundação da Casa de Mateus para uma conferência /Radical # 6, Alfons Coenella na Aula Magna da UTAD, sobre novas tendências tecnológicas e sociais e lançamento do livro Educar Humanos num Mundo de Máquinas Inteligentes.
- Da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) Convite para um Seminário “2021 – Um UM NOVO PARADIGMA PARA O PODER LOCAL” a realizar no dia 22 de Março.
- Da Comissão de Festas de Mateus, para estar presente na Missa e Procissão de Nossa Senhora dos Prazeres, no dia 28 de Abril na Capela do Palácio de Mateus.
- Da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) divulgando pareceres emitidos pelo Consultor Jurídico da ANAM face às solicitações efetuadas pelos Presidentes das Assembleias Municipais.
- . Conferência “Radical #5 – Distâncias Críticas: Os Abismos Crescentes entre Humanos, Máquinas, Negócios e Sociedades”, por Alfons Cornella – pela Casa de Mateus e UTAD (10 de Maio);
- Do Partido Ecologista Os Verdes para uma caminhada pela Reativação da Linha do Corgo, a realizar no dia 24 de Março.
- Da Newsletter n.º. 3 Março 2019, para uma Sessão de apresentação – Prazos Processuais – Marco Carvalho Gonçalves – Os Municípios e a Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, a ocorrer no dia 21 de Março na Biblioteca da Ordem dos Advogados no Palácio da Justiça do Porto.
- De João Marques da UA, Universidade de Aveiro – No âmbito do Grupo de Investigação em Sistemas de Apoio à Decisão, da GOVCOPP, para Seminários Temáticos sobre sistemas de apoio à decisão, colocando ênfase na qualidade da informação necessária para sustentar as políticas públicas. A decorrer no dia 20 de março.
- Do Município de Vila Real – Convocatória para o Presidente da Assembleia Municipal para uma reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 14 de Fevereiro/2019.

- Do Município de Vila Real com a cidade geminada de Osnabruck e a Universidade “Hochschule” de Osnabruck a dar conhecimento da existência de uma Bolsa de estudo para um cidadão Vilarealense que frequente um curso de língua alemã a realizar nesta cidade.

- **De várias entidades**

- Ofício do Grupo Parlamentar do PSD, a solicitar o Relatório de Execução do Contrato – programa entre a Camara Municipal de Vila Real e o Sport Clube de Vila Real, para aquisição do autocarro.
- Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo a remeter o Relatório anual de Atividades do ano de 2018 aprovado em reunião da Comissão alargada em Fevereiro.
- Da Trofa Saúde Hospital – Vila Real – A dar conhecimento da Sessão Clínica de Urologia – “Litíase Renal – Diagnóstico e Tratamento no dia 23 de Março no Auditório – Sessão de perguntas e respostas.
- Da Soluções Audiovisuais de Braga a dar conhecimento das várias soluções da Empresa, em vídeos projeções e sistema de som e todo o tipo de novas tecnologias para audiovisuais.

Expediente recebido/enviado

Relativo às atividades desenvolvidas sobre a preparação de **Reuniões das Comissões Especializadas.**

- Representantes dos Grupos Parlamentares (20 /03);
- Representantes dos Grupos Parlamentares (22/04);
- Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos; (24/04);
- Pedidos de informação do GP do PSD, para que seja fornecido o Relatório de Execução do Contrato-Programa entre a CMVR e o SCVR para aquisição de um autocarro.
- Receção de um ofício do GP do PSD, para que seja dado conhecimento à CMVR dos endereços da Comissão Política do PSD de Vila Real, para os devidos efeitos.
- Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens o Relatório Anual de Atividades.
- Convite para a Assembleia Municipal Infantil a realizar no dia 10 de Maio.
- Convocatória para o Conselho Municipal de Educação a realizar no dia 9 de Maio.
- Certidões da Câmara Municipal de Vila Real relativas a todos os Pontos da Ordem do Dia das Sessões Extraordinária de 27 de Março e Ordinária de 29 de Abril.
- Convocatórias/Convites para a Sessão Solene de 25 de Abril.
- Convocatórias para as Sessões atrás referidas
- Vários ofícios de pedidos de substituição nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias desta AM.
- Ofícios enviados aos Representantes dos Grupos Parlamentares Municipais na A.M.V.R, remetendo atas da AM para conhecimento.

--- É importante dizer que toda a correspondência está sempre ao vosso dispor para consulta no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, se assim o desejarem. -----

---- Está aberto o período de discussão de assuntos de interesse geral da autarquia do concelho.

----- Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia, todos aqui presentes e todos aqueles que nos estão a ver pela UTADTV, espero sem falhas desta vez. Também e muito em particular aos cidadãos, jornalistas aqui presentes que acompanham os trabalhos desta Assembleia. A todos muito boa noite. -----

---- Senhor Presidente da Câmara cumprimento também o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, a Senhora Vice-presidente. -----

---- Para início dos nossos trabalhos eu gostaria de trazer aqui o assunto da “Panificadora de Nadir Afonso” que, curiosamente figurava nos nossos programas já há bastantes anos como um imóvel que nós pretendíamos proteger, que nós queríamos assegurar para o futuro dos nossos filhos, para se lembrarem de um património que é raro e é difícil de fabricar, demora muitos anos e que, nós sabemos que representa uma arquitetura moderna, uma arquitetura industrial, de património incalculável e, reconhecido por muitos arquitetos como relevante no panorama de Vila Real e Nacional e até quem sabe Internacional. -----

---- Gostaria de saber em que ponto está esta situação deste dossier, uma vez que, ia bem o Município quando procurou através do Plano de Regeneração Urbana ou Projeto Regeneração Urbana ou Regenera, ouvir os cidadãos, empresários e assim sendo promover até como aconteceu um concurso de ideias que, foram atribuídos prémios, o destaque dado à panificadora resultou em diversos trabalhos, seis ou sete trabalhos académicos, e deu-se visibilidade nacional por este imóvel. -----

---- É certo que não estará no melhor estado, é preciso investimento, neste momento está em mãos de privados e também aconteceu aquele facto misterioso no oito de abril de dois mil e dezassete, aparentemente, não estava assim tão em ruínas como parecia porque parece que andou uma máquina pesada a tentar ajudar a sua demolição. -----

---- Gostaria também de saber se foram identificados os autores desta demolição esporádica que resultou no desabamento de algumas paredes interiores. -----

---- Assim sendo, julgo que estaríamos de acordo que este imóvel é bastante relevante e que merece a nossa atenção. Muito obrigado. -----

----- **A DEPUTADA MUNICIPAL CRISTINA PEIXOTO (PSD):** No uso da palavra, disse: Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restante Mesa. Caros amigos e Deputados. -----

---- Eu acho que é do conhecimento de quase de toda esta Assembleia que sou freguesa da Freguesia da Campeã. -----

--- Primeiro quero congratular este Executivo pela grande obra que está a executar na Campeã, que é o saneamento básico. E, sim, tenho quarenta anos e ainda não tínhamos saneamento e acho que é de dar os parabéns. -----

---- O problema é o seguinte, é que em quatro de outubro de dois mil e dezoito a Assembleia de Freguesia da Campeã escreveu uma carta ao Senhor Presidente da Câmara, acho que até ao momento ainda aguarda pela resposta. -----



---- Então dizia a Assembleia de Freguesia: “como é do conhecimento de V. Excelência, Engenheiro Rui Santos, atual Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, a obra de saneamento do vale da Campeã iniciou-se há um ano atrás, outubro de dois mil e dezoito, tendo até ao momento intervencionadas quatro aldeias desta Freguesia. Sucede que em duas daquelas quatro aldeias as obras de saneamento começaram há um ano atrás, uma vez que, foi por aí que se iniciaram as obras e ainda não se encontram concluídas, sendo certo que, desde sempre nos foi assegurado pelo dono da obra que os trabalhos seriam concluídos a aldeia a aldeia, ou seja, após concluída a instalação das condutas em cada aldeia, seriam cobertos os rasgos das condutas, deixando para uma fase final uma aplicação de alcatrão e sendo aplicado na altura o dito “bander”. ” -----

---- Eu até iria continuar a ler a carta mas como o Senhor Presidente e o Excelentíssimo Senhor Engenheiro Carlos Silva, Presidente da EMAR também tiveram conhecimento da Câmara, a pergunta é o seguinte: acha que os fregueses da Campeã, após quase dois anos de obra não merecem um bocadinho de consideração? e termos de andar a saltar de rua em rua e termos neste momento na Freguesia a rua que mais transitável é, estar com buracos com mais de quarenta centímetros? É lamentável que não pudesse repor a rua principal da Freguesia que vai direita à nossa Igreja que está um caos. -----

--- A segunda pergunta é, os funcionários que estão atualmente nas escolas primárias da Freguesia da Campeã e certamente de outras Freguesias, estão ditos a “recibos verdes”. -----

---- Fui questionada há pouco tempo por uma funcionária se a mesma cair no recinto como é que ela está coberta? Tem um seguro da Junta, da Câmara, dela própria? Fica a incerteza de alguém que me fez a pergunta e eu fui portadora da mesma. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP):** No uso da palavra, disse: Começo por saudá-lo e em si cumprimentar toda a Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, pessoas que nos acompanham aqui na sala e lá em casa através da UTADTV, aproveitando também para saudar os técnicos da UTADTV e os técnicos do Município que dão suporte a esta Assembleia Municipal.

---- Senhor Presidente eu gostava de lhe colocar três questões relativamente simples e breves sobre três assuntos que já têm algum tempo na nossa cidade. -----

---- A primeira questão Senhor Presidente tem a ver com a Assembleia Extraordinária de vinte e quatro de julho do ano transato em que, foi pedida a esta Assembleia autorização prévia para assunção de encargos orçamentais e compromissos plurianuais no âmbito do contrato do edifício para a instalação da Loja do Cidadão. -----

---- Volvidos cerca de nove meses questionamos Vossa Excelência sobre a instalação desta infraestrutura, se assim lhe posso chamar, e sobre a sua data de abertura ao público. -----

---- Segunda questão, relativamente ao Bairro de Norad gostaríamos de questionar Vossa Excelência se já foi concluído o processo de legalização de terrenos e respetivas habitações e se já foram também concluídos os arranjos urbanísticos dos quais o Bairro padecia. -----

---- Terceira questão, fará amanhã um ano que questionamos também aqui o Senhor Presidente nesta Assembleia sobre a problemática da paragem dos autocarros que trazem turistas até à

nossa cidade, se a memória não me atraíço-a o Senhor Presidente também concordou com a nossa preocupação. Eu perguntava-lhe um ano depois que diligências fez Vossa Excelência e o seu Executivo e que respostas poderíamos ter relativamente a esta questão. Muito obrigado. -

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: visto não haver mais ninguém que deseje intervir? Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Real, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** agradeceu e disse: aproveito por cumprimentar os Senhoras e Senhores Deputados Municipais, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa, aqueles que vieram à Assembleia Municipal, cidadãos de Vila Real, assistir a esta Assembleia e aqueles que nos acompanham em casa com toda atenção. Cumprimento também a comunicação social e a Senhora e Senhores Vereadores. -----

---- Eu acho que a política é um ato sério, deve ser um ato sério e que a memória deve estar sempre presente por que as pessoas passam e as instituições ficam. -----

---- Eu terei o cuidado de entregar uma carta dirigida pelo Senhor Presidente da Câmara, Doutor Manuel Martins aos proprietários do terreno que fica ao lado do Lidl onde está a padaria Nadir Afonso e terei o cuidado de lhe fazer chegar essa carta com os compromissos do então Presidente da Câmara assumiu relativamente àquele espaço. -----

Essa carta não a tenho aqui mas tenho gosto de lhe fazer chegar, mas para complementar esta resposta, lembrava que, é a primeira vez que eu ouço o PSD falar na padaria Nadir Afonso. -----

----- Que é a primeira vez que ouço esta preocupação tentando cavalgar aquilo que é um movimento cívico, com todo o direito e de forma, com certeza, consciente que se formou na cidade em defesa daquele património. -----

---- Queria lembrá-lo que aquando da aprovação do Plano de Pormenor o PSD disse zero relativamente àquele espaço. E, portanto, eu fico perplexo porque acho que a política é de facto algo de sério e que a memória é importante e que nós não devemos fazer constantemente chicane política à volta da espuma dos dias. -----

---- Eu pedia aqui ao Senhor Vereador Adriano Sousa, conhece este processo melhor do que eu, que pudesse aqui transmitir a história de todo este processo à Assembleia Municipal e àqueles que em casa nos acompanham. Senhor Vereador, com autorização do Senhor Presidente da Assembleia, passava a palavra. **Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia**, com certeza. -

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Senhoras e Senhores Deputados, muito boa noite. -----

---- Eu simplesmente vou recordar aqui aquilo que é do conhecimento da Câmara Municipal ao longo dos anos, pelo menos que eu me lembre. Sinceramente eu não me recordo de ter havido qualquer questão que, fosse no sentido de defender aquele imóvel. -----



---- Eu lembro que, salvo erro, em mil novecentos e noventa e quatro, a Câmara Municipal aprovou um conjunto de Planos de Pormenor, entre os quais, estava o Plano de Pormenor de Tourinhas. -----

---- O Plano de Pormenor de Tourinhas, entre vários lotes e várias propostas de edificação que continha, continha efetivamente para designada padaria Nadir Afonso, a previsão de um bloco habitacional e de comércio com uma térrea de rés-do-chão e quatro. -----

---- Esse Plano de Pormenor foi aprovado e depois foi retomado no âmbito do Programa Polis que, efetuou algumas revisões aos vários Planos de Pormenor que estavam em curso e também nesse momento ficou patente que, de facto, aquilo que estava previsto para o lote padaria Nadir Afonso continuou afigurar como sendo um bloco de habitação de rés-do-chão mais quatro. -----

---- Posteriormente a essa situação, também me recorro, de ter sido aprovado na Câmara Municipal um edifício de habitação e comércio para aquele lote, cumprindo aquilo que estava previsto no Plano de Pormenor. -----

---- Em termos de história da padaria Nadir Afonso e àquilo que se previa em sua defesa ou não em sua defesa, a única coisa que me lembro é esta história que contei agora e que, está plasmada em documentos da Câmara Municipal. -----

---- Aquando da construção da rotunda da “Ford”, houve um acordo entre a Câmara Municipal e os proprietários de cedência gratuita do terreno para a execução da rotunda, a troco, de facto, da construção daquilo que estava previsto no Plano de Pormenor e chegou a estar aprovado na Câmara Municipal, através do projeto de arquitetura para aquele bloco. -----

---- Portanto, são estes três factos que eu gostaria que todos conhecessem, relativamente, àquela situação. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: para avivar memórias, posso ler a carta que, o Doutor Manuel Martins, far-lhe-ei chegar a carta, ex-presidente de Câmara, como disse as instituições ficam, as pessoas passam, enviou ao proprietário da padaria Nadir Afonso. -----

---- “Em resposta à carta de V. Exa., de cinco de maio último, relativamente ao assunto supra referenciado, Plano de Pormenor de Tourinhas, venho comunicar-lhe que fica assumido o compromisso de retirar do perímetro de intervenção do Plano de Pormenor de Tourinhas a totalidade do artigo identificado como pertencente à panificadora. Como consequência deixará de ficar sujeito a qualquer disposição de natureza urbanística relacionada com aquele Plano de Pormenor, cingindo-se por isso, apenas às disposições constantes do Plano Diretor Municipal de Vila Real. Assim, e conforme referido no nosso ofício reitero a solicitação da autorização formal para a ocupação do terreno assinalado na planta que lhe enviamos, em nove de três de dois mil e quatro, para que seja possível a realização dos trabalhos previstos na empreitada da rotunda da vic”. -----

---- E, portanto, contextualizando há um compromisso ou houve um compromisso para além de todos os instrumentos que aqui foram explicitados pelo Senhor Vereador. Havia um compromisso da Câmara Municipal no sentido de permitir que aquele espaço fosse feito dentro

daquilo que é o Plano Diretor Municipal, aquilo que, o proprietário porque aquilo é privado, entendesse por bem. -----

---- E acho muito estranho que o PSD sabendo disto, por que os Senhores Vereadores, ex-Vereadores da Câmara Municipal, estão aí e podem testemunhar isso, sabendo desta história toda, venha agora dizer que estava no seu plano. Nunca ouvi nada, não estava nada, isso não corresponde, com certeza, à realidade. Eu tive o cuidado de ver e não vi lá nada mas se calhar sou eu que estou enganado mas peço desculpa por esse engano. -----

---- Senhora Deputada Cristina Peixoto, os nossos cidadãos da Campeã merecem toda a consideração, toda, consideração que não tiveram durante quarenta anos. E eu em particular estou muito contente por ter incluído, juntamente com toda esta equipa, o vale da Campeã num programa que permite fazer saneamento básico no valor de sete milhões de euros. -----

---- Estou muito satisfeito por ter participado, talvez, na segunda obra com mais impacto naquele vale que foi a construção de um lar, exatamente, naquele espaço, o vale maravilhoso da Campeã. -----

---- Como muito bem foi dito logo no início, aquando da adjudicação da obra onde coresponsabilizamos o empreiteiro por eventuais atrasos e por eventuais problemas da obra, imediatamente, foi dito que, a partir do momento em que o empreiteiro começasse as obras a Câmara teria muita dificuldade, com uma obra com esta especificidade, se ele não cumprisse em gerir a obra. E o facto é que o empreiteiro não cumpriu, não cumprindo qual era a alternativa? Era tirar-lhe a obra, voltar a fazer um novo concurso, voltar a adjudicar a outro empreiteiro, ter tudo esburacado durante o tempo e o período do concurso e não ter a garantia que esse outro empreiteiro pudesse concluir a obra em condições. -----

---- Portanto à aqui uma gestão muito difícil e logo que adjudiquei a obra pedi paciência às pessoas e alertei para este tipo de problemas porque já tínhamos outras obras no terreno, noutras locais e tinha acontecido rigorosamente a mesma coisa mas o saldo final foi muito positivo. -----

---- Maior consideração do que investir sete milhões de euros no vale da Campeã pode ter a certeza absoluta, que eu saiba ainda não tinha havido. E, portanto, os cidadãos da Campeã merecem de facto e muito a minha consideração. Mas se o Senhor Vereador Carlos Silva quiser acrescentar alguma coisa a esta resposta eu agradeço. -----

---- Sobre o seguro, as Juntas de Freguesia julgo que estão a fazer os seguros desses funcionários, mas nós podemos responder por escrito a essa questão para sossegar porque há situações diversas e para explicitar essas situações. -----

---- Sobre a Loja do Cidadão, a Loja do Cidadão, Senhor Deputado Patrique Alves, está a ser feito o projeto, há uma candidatura aberta com aviso específico para o Concelho de Vila Real, publicado pela CCDR, está a seguir os trâmites normais com projeto, candidatura, lançamento de concurso, obra, visto do Tribunal de Contas, processo normal burocrático no Portugal de dois mil e dezanove. -----

---- Sobre o Bairro Norad, é um processo contínuo, os arranjos urbanísticos estão feitos dentro daquilo que foi o nosso compromisso, não sei se faltará lá alguma coisa em particular mas nós estamos com certeza recetivos a corrigir. -----



---- A legalização, os proprietários ou os potenciais proprietários vão comprando lotes em função da sua disponibilidade. -----

---- Dizer também que, curiosamente os habitantes do Bairro Norad tiveram uma consideração muito grande ou tiveram, julgo eu, muita atenção ao que o Município de Vila Real fez, é que ao fim de quarenta anos adquirimos aquele espaço, deixamos de pressionar os possíveis proprietários de alguns dos lotes que lá estão, pavimentamos as ruas, damos um arranjo que não era feito há quarenta anos. -----

---- Julgo que também os moradores do Bairro Norad estarão, com certeza, na sua maioria estarão satisfeitos porque foi dinheiro de todos nós, foi dinheiro de todos nós. Se qualquer um de nós queira comprar um lote, queira comprar um terreno tem de pagar. -----

---- Nós investimentos ali, permitindo agora que as pessoas possam pagar em função da sua capacidade e da prioridade que tiverem na regularização dessas situações. -----

---- Sobre os autocarros, está prevista na zona envolvente ao mercado, faz parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano a solução para que os autocarros que param aqui em más condições possam parar em condições mais vantajosas, aqueles que trazem excursões. ---

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (CARLOS SILVA)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Assembleia na sua pessoa cumprimento toda a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, a quem assiste aqui na sala e também a quem assiste lá em casa. -----

---- Só para complementar aqui uma informação, de facto nós estamos a fazer um “forcing” muito grande junto do empreiteiro para que, rapidamente solucione estas questões. -----

---- O Senhor Presidente da Junta da Campeã tem sistematicamente criado pressão, naturalmente, nós sabemos o transtorno que isso cria, mas nós neste momento estamos condicionados também a questões atmosféricas por que as pavimentações eram para começar, só que, os empreiteiros não têm pavimentos porque as centrais betuminosas ainda não abriram por causa do período de chuva que tem ocorrido. E, portanto nós temos a esperança que a partir de agora essa pavimentação se faça e se faça com toda a velocidade, até porque, é muito relevante para a execução da obra. -----

---- Nós quando iniciamos esta obra tínhamos um prazo de execução que sabíamos que era um prazo curto mas tivemos que adaptar as obras ao aviso que era o aviso Po Seur e, portanto nós conseguimos apresentar um projeto válido com esse prazo de execução. -----

---- Tínhamos a consciência que o prazo era muito curto, felizmente acabou o Po Seur porque a entidade que financia por alargar o prazo, nós temos um prazo de execução até ao final do ano para concluir a totalidade da obra. -----

---- Repito, estamos a fazer um “forcing” muito grande junto do empreiteiro para que o empreiteiro solucione isto. Como o Senhor Presidente disse que desde a primeira hora que pedimos compreensão à população. -----

--- Sabemos que causa transtorno, sabemos quais são os problemas e temos procurado minimizá-los, não resolve-los. Estou certo, pelos exemplos que já existem noutros territórios onde fizemos trabalhos iguais que o resultado final é um resultado muito positivo,

correspondendo a uma ansiedade muito grande de toda aquela população para terem um serviço básico como é o saneamento resolvido. -----

---- Isso será com toda a certeza concluído até ao final do ano, pelo menos assim espero, se não o conseguimos fazer seremos fortemente penalizados, o empreiteiro sabe que o terá de o fazer, entrará em penalizações. Genericamente era só isto. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Daria a palavra ao Senhor Presidente Deputado Vasco Amorim, faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Antes de mais gostaria de dizer que concordo plenamente com o Senhor Presidente da Câmara, quando diz que a política é um ato sério e a memória deve estar sempre presente. -----

---- E eu também gosto de defender isto e de a praticar. E lembrando de memória que o Senhor Presidente gosta muito de recorrer ao Doutor Manuel Martins, embora diga que as pessoas passam e a obra fica, esquece muito da obra e está sempre a lembrar da pessoa que já não está cá entre nós para se defender mas que deixou aqui uma herança grande, a tal que, contesta muito como o Museu de Arqueologia e Numismática, como o Teatro Municipal, como o Arquivo Municipal, como o Grémio Literário, como a Biblioteca Municipal, como o Conservatório Regional de Música, como o Museu da Vila Velha, cansa não é? Mas é uma boa herança cultural.

---- No que diz respeito à Panificadora Nadir Afonso não foi possível, nem houve entendimento na altura que havia ali um aproveitamento cultural, patrimonial a fazer, aliás até me parece que é controverso, algumas pessoas pensam que não, outros pensam afincadamente que sim, mas eu acho estranho. -----

---- Mas eu gostava de deixar esta pergunta, já que não respondeu às restantes, quantos anos é que o PSD terá que esperar para que a memória do Doutor Manuel Martins e todas as decisões que teve em todos os seus mandatos saem dos seus discursos de defesa para não responder às perguntas? Eu até ouvi já a data de mil novecentos e noventa e quatro, vinte e cinco anos, quantos anos nós vamos ter que esperar para poder dizer alguma coisa? -----

---- Mas eu vou lembrar-lhe de uma coisa que agora concorda com o Doutor Manuel Martins, na altura não concordava que era com o projeto de destruição da Avenida Carvalho Araújo. ---

--- Na altura o Doutor Manuel Martins mudou de ideias porque foi um projeto controverso e o Senhor Presidente recuperou praticamente o mesmo projeto. Com o mesmo arquiteto, os mesmos retoques, com a mesma filosofia. -----

---- E quando das três sessões públicas que eu assisti à discussão da Avenida Carvalho Araújo, o Senhor Presidente respondeu que tinha evoluído a sua opinião. E os outros não podem evoluir? Foi assim que respondeu. Não podem evoluir também? -----

--- Eu não posso, pessoalmente, e até um grupo de pessoas do PSD pensar que, a Panificadora Nadir Afonso, se calhar, de facto, merece uma atenção especial, a ponto de nós termos escrito no nosso programa eleitoral e presumo que nós sabemos isso melhor que o Senhor Presidente e que, face até das ações que já fez enquanto Presidente da Câmara que, incentivou o estudo



daquele imóvel, que lhe deu visibilidade, que promoveu um concurso, que deu prémios, não acha que isso poderá ter resultado? -----

---- De facto, ter resultado numa aceitação? Por parte da comunidade cada vez maior que, de facto se deve defender aquele património? E que se deve enquadrar numa negociação com privados para ver de que forma a que o podemos valorizar? -----

---- Olhe o Senhor Presidente fez isso com o antigo “Hotel Tocaio”, conseguiu fazer isso. Se calhar o hospital ali não é o sítio mais feliz, esperemos que não morra ninguém numa ambulância presa no trânsito, esperamos que isso não aconteça, porque se não vai ser uma desgraça. Mas enquanto for consultas de baixa gravidade não acontecerá isso, infelizmente, mas temos que pensar nisto também. -----

---- Mas este não era o assunto que me trouxe cá, o assunto que me trouxe cá foram perguntas como: o que se está a fazer perante o processo da panificadora. Senhor Presidente pretende ou não defender aquele imóvel? Já que, escreveu que é relevante, que nós concordamos, está a fazer iniciativa junto de privados no sentido de enquadrar da melhor forma aquele traço de maneira a ser um marco em Vila Real? Que agora teve muito mais publicidade nos últimos anos do que há vinte cinco anos? -----

---- Era isso que eu gostava de saber, já foi identificada a pessoa que provocou a demolição daquele imóvel? Que pelos vistos estava a ruir, mas foi preciso ir lá com uma retroescavadora ou uma máquina pesada. Já foi feito isso? Eram essas perguntas que eu queria ver aqui respondidas e de certa maneira ver uma luz ao fundo do túnel, porque não se fala sobre isto. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: eu responderei com todo o gosto. Primeiro dizer de forma clara que no caso em concreto eu não ataquei a memória do Doutor Manuel Martins, apenas lembrei um compromisso que ele tinha assumido. E como as pessoas passam e as instituições ficam, os compromissos são das instituições não são das pessoas. -----

---- E eu acho que isso é relevante dizer-lhe isto aqui olhos nos olhos. Eu sei que Senhor provavelmente não faria isso, eu tenho a consideração sempre que as pessoas passam e as instituições ficam. -----

---- Falando em trânsito e falando em hospital espero que ninguém morra que fica no trânsito na “feira dos trapos” ou na “feira do levante” em Lordelo. E, isso ai sim, nós dissemos várias vezes que estava no sítio errado mas ai o Senhor Deputado Vasco Amorim estava na fase de bater palmas e, portanto bateu palmas a essa decisão e aprovou, com certeza e fase e a altura era outra. -----

---- Sobre a padaria Nadir Afonso, eu sou muito objetivo e claro para que não fique dúvida nenhuma. Há compromissos que vem do passado e sobre esses compromissos teria que ser obviamente espremidos caso aquele imóvel viesse a ser classificado. -----

---- Temos bem consciência se aquele imóvel tivesse sido classificado a nível nacional nós teríamos obviamente que, pensar como é que podíamos acautelar os interesses do Município, face a compromissos que havia. -----

---- Infelizmente o imóvel não foi classificado como património nacional. -----

---- Não fui eu, julgo que nenhum do que aqui está tomou essa decisão, foi uma decisão de uma equipa alargada com gente saberá disso muito mais do que eu, que tomou essa decisão de o não classificar. -----

---- E, portanto, essa decisão, na minha ótica ficou resolvida, não ficou classificado. Dizem: está bem mas agora pode classificar a nível do Municipal e pode negociar e pode... -----

---- Eu quero-lhe dizer que quando a superfície comercial veio pela primeira vez falar neste assunto nós imediatamente lhe dissemos o que é que defendíamos. E aquilo que nós defendíamos era que aquele imóvel fosse recuperado, tentamos sensibilizar o privado para essa possibilidade. -----

---- Só que o privado tem o direito de decidir sobre o dinheiro dele e disse-nos claramente que não era essa a sua opção e que não o faria. -----

--- Não fazendo, restam duas alternativas, ou o imóvel fixa exatamente como está porque a Câmara Municipal não tem dinheiro para comprar aquele espaço, para indemnizar quem de direito e para o requalificar, aliás nunca o prometemos ou há um privado que faz esse trabalho e foi exatamente com esse objetivo que lançamos um concurso de ideias para que privados pudessem olhar para aquilo e pudessem fazer. O problema é que passaram quatro anos ou cinco e ninguém fez, ninguém faz. -----

---- E, portanto, eu não mando no dinheiro dos privados e face há impossibilidade que houve a nível Nacional daquele imóvel para ser classificado, nós a nível Municipal sabemos ou achamos que é assim, se o classificarmos temos de tirar uma consequência dessa classificação que é comprar e reabilitar, assim fizemos no “Biel”, compramos e temos um projeto de requalificação. Aqui não tínhamos possibilidade de comprar, não há possibilidade de adquirir, de reabilitar e de fazer. -----

---- Entre ter aquilo mais sete, oito, dez, quinze, vinte anos, exatamente como está ou deixar que o mercado funcione, nós preferimos que o mercado funcione e daí não classificação a nível Municipal. A nível Nacional foi quem de direito que decidiu, se o tivessem classificado a nível Nacional ninguém lhe tinha tocado. -----

---- Sobre tudo o resto quem demoliu, quem a que fez, como fez, pergunte à polícia, nós comunicamos à polícia, fizemos queixa e a polícia investigou. A mim ainda não comunicou nenhum resultado dessa investigação, se o Senhor Deputado Vasco Amorim souber de alguma coisa que eu não sei eu julgo que devia prestar declarações junto das entidades responsáveis para os elucidar e ajudar a descobrirem quem cometeu se é que cometeu um ilícito naquelas circunstâncias. -----

---- Eu lembrava-lhe, já agora, até porque a memória deve estar sempre presente que há muitas demolições ilegais em todo o concelho, as pessoas em função dessas demolições, quando conseguimos averiguar quem as fez, os serviços de fiscalização agem e há o pagamento das respetivas multas, quando não conseguimos a situação é mais complicada. Neste caso fomos até mais longe, fizemos uma queixa às autoridades. Muito obrigado. -----



----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Pergunto, se há mais alguma questão? Algum Senhor Deputado deseja intervir? Não. Dado que ninguém se manifesta, passemos ao período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - Continuou e disse: Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, vamos dar início à Ordem do Dia,

PRIMEIRO PONTO

Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL solicitou ao Senhor Presidente para se manifestar acerca deste primeiro ponto, se assim desejar. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradeceu e disse: Julgo que a informação é muito precisa e concreta e se houver alguma questão que nos queiram fazer, nós tentaremos responder da melhor maneira que nos for possível. Muito obrigado. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Estão abertas as inscrições para uso da palavra para este ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ ABRAÃO (PS), No uso da palavra, disse: Senhor Presidente cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. -----

---- É só uma questão que alguém aqui colocou, o que diz respeito à questão dos recibos verdes. Eu sinceramente não percebi onde estavam e quem eram, quem eram não é relevante. -----

---- Mas na informação da Câmara tive oportunidade de ver que, primeiro: o Governo decidiu um programa de regularização de precários que eu acho que foi uma excelente medida trazendo para a estabilidade de emprego um conjunto vasto de trabalhadores que prestavam serviços na administração pública, em particular nas autarquias. -----

---- Ao que me é permitido saber hoje cerca de dezasseis mil na administração central estão em condições de tomar posse e estabilidade no emprego, nas Câmaras Municipais no conjunto são já hoje mais de nove mil, isto é relevante e também já agora perguntava à Câmara Municipal, ao Senhor Presidente, quantos é que aqui foram regularizados? Quantos têm processos de regularização e, no essencial, perceber o que é que significa cerca quase vinte por cento dos trabalhadores do Município, isto é sessenta e cinco estarem em contrato de tarefa na área da educação. -----

---- Era bom que se percebesse que tarefas são essas para que possamos entender o que é então é ou não regularizável e que situação é esta à volta dos seguros, prestação de serviços. -

---- Eu acho que é importante e em abono da transparência, em relação à questão dos recursos humanos que a nossa Câmara e esta Câmara sempre procurou fazer da melhor maneira possível e para que não fique qualquer dúvida, era bom que este esclarecimento pudesse ser dado para que saíamos daqui todos conscientes de que a política adotada no que diz respeito aos recursos humanos da Câmara Municipal é a correta, há uma efetiva gestão e é uma gestão equilibrada e que corresponde àquilo que são as necessidades efetivas dos serviços. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja intervir? Dado que ninguém deseja usar da palavra, Senhor Presidente, deseja responder? Faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Esta matemática que tem sido abordada nas últimas Assembleias Municipais, para não nos estarmos a repetir e fazer aqui uma discussão exaustiva sobre todo este processo, eu proponha que a Câmara Municipal fizesse depois chegar ao Senhor Deputado José Joaquim Abraão e à Assembleia todo este processo e como este processo foi tratado. -----

---- Foram identificados postos de trabalho a tempo inteiro, foram abertos concursos, concursos claros, objetivos e transparentes, alguns estão a decorrer, alguns já estão finalizados e, portanto, nós faremos chegar toda essa informação. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: uma vez que não há mais ninguém que deseja usar da palavra, a deliberação é tomar conhecimento. -----

---- **DELIBERAÇÃO:** - Tomado conhecimento da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

---- **Nota:** Anexa-se fotocópia da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real enviado a todos os Senhores Deputados, em devido tempo, que faz parte integrante da Ata. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: passemos ao

SEGUNDO PONTO

Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do Município, referentes ao exercício de 2018 e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea l) do nº. 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 15 de abril de 2019).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.

---- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----



----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 15/04/2019, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----**ASSUNTO: - Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 do Município**-----

– Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2018 para que este órgão os aprove ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artº 33º desta Lei, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Execução das GOP's – Grandes Opções do Plano;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM);
- Execução Orçamental da Receita e da Despesa;
- Mapa das Transferências Correntes-Despesa;
- Mapa das Transferências de Capital-Despesa;
- Mapa dos Empréstimos;
- Mapa das Participações Financeiras;
- Balanço e Demonstração de Resultados do Município;
- Proposta de Aplicação de Resultados;
- Certificação Legal das Contas;
- Parecer do Revisor Oficial de Contas.

Mais propõe que a Câmara Municipal submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mesma Lei.

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), propõe-se que o resultado líquido de € 2.367.701,41 apurado no exercício de 2018, tenha a seguinte aplicação:

- Reservas Legais: € 118.385,07 (5%)
- Resultados Transitados: € 2.249.316,34 (95%)-----

----- **DELIBERAÇÃO:** 1º - Aprovar, por maioria, o Relatório de Gestão e Contas de 2018, bem como a proposta de aplicação dos Resultados Líquidos, com a abstenção do Vereador do Partido Social Democrata que apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata, abstêm-se na votação deste ponto da Ordem de Trabalhos, de acordo com os considerandos que passam a enunciar:

-Este relatório mostra o acréscimo de impostos diretos tendo execuções acima dos 100%. Importa salientar o IMI cujo valor tem vindo a subir todos os anos, mostrando que os cidadãos

do concelho pagam cada vez mais. Recordamos que a receita deste imposto em 2012 foi de 3 633 310,00€ sendo a receita de 2018 de 6 220 434,27€.

- Mostra ainda uma fraca execução ao nível da despesa de investimento conforme se pode verificar nomeadamente nas transferências de capital que de um valor inicial de 8 737 940€ apenas se executou 1 633 331€. Estes dados mostram, quer uma falta de capacidade de execução orçamental, apesar da existência de recursos e disponibilidade financeira, quer uma falha de planeamento e de cumprimento rigoroso do calendário dos projetos de investimento.

- Conclui-se portanto, como sempre defendemos, da real possibilidade da diminuição dos impostos municipais que recaem sobre os vilarealenses sem colocar as causa os investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”.

2ª- Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e Contas do município referentes ao exercício de 2018, e a aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro conjugado com a alínea l) do n.º. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 24 de abril de 2019»-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Convidava o representante da Comissão de Finanças da Assembleia Municipal a explanar aqui o resultado no relatório da sua última reunião. Muito obrigado, Senhor Deputado Tiago. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL E SECRETÁRIO DA COMISSÃO ESPECIALIZADA DE FINANÇAS TIAGO MONTEIRO (PS)** agradeceu e disse: Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, demais membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, restante Executivo, Senhores Deputados e quem assiste aqui e em casa a esta Assembleia. -----

---- Passo à leitura da Ata da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos. -----

“Aos 24 dias do mês de Abril de 2019, com início às 18H00, reuniu a Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos na Câmara Municipal de Vila Real, estando presentes os deputados Artur Carvalho, Tiago Monteiro, Francisco Nogueira, José Gomes, Sónia Cruz, Cristiano Moreira, Vasco Amorim, Abílio Guedes e Patrique Alves.

Nesta reunião esteve presente o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Vila Real, Dr. Eduardo Varela e o Assessor do executivo, Dr. Rodrigo Sá.

A ordem de trabalhos da reunião foi a apreciação na especialidade, nos termos da alínea a) do Artigo 35º do Regimento, dos assuntos submetidos pelo executivo da Câmara Municipal para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril, sendo analisados os pontos dois a



cinco, que constam na ordem do dia da convocatória da sessão acima descrita.

O coordenador da Comissão Artur Carvalho deu início aos trabalhos passando de imediato a palavra ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro para que prestasse todos os esclarecimentos necessários sobre os pontos que constam na ordem de trabalhos.

Ponto Dois: Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do município, referentes ao exercício de 2018

O Diretor do DAF fez o resumo do Relatório e Contas, tendo destacado os seguintes aspetos:

- O nº de trabalhadores do município era em 31/12/2018 de 369, mais 23 que em 31/12/2017, resultante da diferença entre 27 admissões e 4 saídas, sendo que 22 admissões dizem respeito à regularização extraordinária de vínculos precários. A idade média dos trabalhadores é de 50 anos e cerca de 31% são licenciados.
- Em termos de Orçamento da Receita, conclui-se que no período 2015-2018 apresentaram uma diminuição média anual de 4,2%, sendo que as receitas estruturais cresceram no mesmo período cerca de 2,6% ao ano.
- A despesa global paga foi de cerca de 28 milhões de euros, sendo que no período (2015-2018) a despesa registou uma diminuição média anual de 2,6 % ao ano. Destaca-se o peso das Despesas Estruturais, com o valor de 22 milhões e 125 mil euros, com uma taxa média de crescimento anual no período (2015-2018) de 1,9%.
- As Despesas com Pessoal tiveram um crescimento médio anual de 0,8%, prevendo-se que este valor venha a aumentar significativamente nos anos de 2019 e 2020 em resultado do descongelamento das progressões nas carreiras e à admissão de 34 trabalhadores considerados precários.
- Importa esclarecer as despesas inscrita na classificação económica “02 02 25 - Outras Aquisições de Serviços” que apresentam o valor de 2 milhões e 41 mil euros (página 126) está justificada por diversos projetos do PAM, sendo os mais relevantes o da Limpeza Urbana, da Manutenção dos Espaços Verdes e o da Iluminação Pública.
- Da conjugação da receita arrecadada e da despesa paga resultou um Saldo de Tesouraria de € 777 710 (pág. 88) que transitou para 2019.
- A CM cumpriu o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na Lei das Finanças Locais, os seja, as Receitas Correntes foram superiores em cerca de 3 milhões de euros ao valor resultante da soma das Despesas Correntes com as Amortizações de Empréstimos, possuindo uma margem confortável neste indicador.
- De acordo com a fórmula prevista no Despacho do Ministro das Finanças publicado no DR-2ª série nº 71 de 13/04/2009, o prazo médio de pagamento em 2018 foi de 3 dias.
- Em termos de Balanço regista-se um Ativo Líquido de cerca de 197,2 milhões de euros, mais 816 mil de euros que em 2017, ou seja, mais 0,4%.
- O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, pode ser consultado junto dos serviços do Património/DAF, uma vez que tem mais de 2 200 páginas de Bens Móveis e 100 páginas de Bens Imóveis (Domínio público e domínio privado).
- O Resultado Líquido de 2018 no valor de 2 milhões 368 mil euros, é proveniente dos Resultados Operacionais, que têm a ver com aumento das transferências do OE e dos impostos

locais.

➤ À semelhança do que já acontecera nos exercícios de 2016 e 2017, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas retirou da Certificação Legal das Contas a Reserva que sempre colocou sobre o Domínio Público Municipal.

➤ Pode-se concluir que o município de Vila Real possuía em 31/12/2018 uma situação financeira saudável.

O Diretor do DAF prestou os esclarecimentos sobre as questões colocadas.

Ponto três: 1ª revisão do orçamento e das GOPS.

O Diretor do DAF informou que esta revisão Orçamental é obrigatória nos termos da Lei, por forma a incluir o saldo do exercício anterior, que foi de 777 710 (pág. 88).

O Deputado Vasco Amorim questionou acerca do valor da Revisão, tendo o Diretor do DAF esclarecido que se tratava de integrar o saldo proveniente da Gestão Orçamental (Receitas-Despesas) e não os Resultados Líquidos do exercício que são de resultados da Gestão Patrimonial.

Ponto quatro: Aprovar a proposta de contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos,

O Diretor do DAF apresentou as condições do empréstimo no valor de € 1 350.000 a contratar junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, para financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal.

Sobre este assunto o Deputado Vasco Amorim questionou se não esta a terminar o período de carência dos empréstimos anteriormente contratados e aprovados pela assembleia municipal, ao que o Diretor do DAF esclareceu que já foram utilizados 2,97 Milhões de euros, no corrente ano, pois não se podia perder a oportunidade de financiamento de projetos e obras municipais.

Ponto cinco: Aprovar o Júri para o concurso para recrutamento Cargos Dirigentes de 3º e 4º Graus

O Diretor informou que se tratava de uma exigência da Lei a aprovação pela Assembleia Municipal destes júris, referindo que os opositores só poderiam ser trabalhadores do município de Vila Real.

E, nada mais havendo a tratar, o Coordenador da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos deu a reunião por encerrada, eram 20H00, da qual se lavrou a presente ata.”

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto enunciado na Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever. Daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para acrescentar algo que queira, faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e respondeu. Tal como vem sendo hábito o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezoito é na nossa ótica, claro, transparente e de leitura simples. -----



---- Este formato tem recebido vários elogios por parte das entidades que supervisionam as autarquias e procura aprofundar sempre a transparência perante os cidadãos e os Deputados Municipais. -----

---- Dada a sua importância convém que o Executivo Municipal destaque alguns indicadores relevantes, estando disponível para esclarecer quaisquer dúvidas, aliás alguns desses indicadores já aqui foram explicitados no Relatório da Comissão de Finanças. -----

---- Em termos de orçamento da receita total conclui-se que no período de dois mil quinze, dois mil e dezoito, no último quadriénio, apresentou uma diminuição média anual de quatro, virgula dois por cento. -----

---- Pela avaliação destes valores, verifica-se imediatamente que qualquer opção pela diminuição de receitas, nomeadamente, através da diminuição dos impostos municipais, implicaria uma importante perda de capacidade do Município em fazer face às suas obrigações perante os cidadãos. -----

---- Por outro lado, a estabilidade fiscal municipal e arrecadação de um valor expectável de impostos municipais, potenciam a prestação de serviços e construção de obra ao serviço dos Vila-realenses. -----

---- Como sempre temos afirmado, propostas diminuição de impostos municipais, a bem da responsabilidade e da transparência, deviam ser acompanhados de proposta de diminuição de despesa de igual valor. -----

---- A despesa global paga em dois mil e dezoito foi cerca de vinte e oito milhões de euros, sendo que no quadriénio dois mil e quinze, dois mil e dezoito, a despesa registou uma diminuição média anual de dois, virgula seis por cento ao ano. -----

---- Tal como sempre afirmamos procuramos fazer mais com menos. -----

---- Ao nível da despesa destaca-se o peso das despesas estruturais com o valor de vinte e dois milhões, cento e quinze mil euros, com uma taxa média de crescimento anual no período de dois mil e quinze, dois mil e dezoito de um, virgula nove por cento. -----

---- Nestas despesas as mais revelantes são as relacionadas com os projetos do PAM, com uma taxa média de crescimento anual de três, virgula seis por cento no período de dois mil e quinze, dois mil e dezoito, que tem a ver, essencialmente com funcionamentos e manutenção dos equipamentos e infraestruturas municipais, projetos e ações nas áreas da educação, desporto, cultura, ação social, turismo e animação, apoios ao associativismo, às Freguesias e outras instituições. -----

---- As despesas com pessoal tiveram um crescimento médio anual de zero, virgula oito, prevendo-se que este valor venha a aumentar significativamente nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, em resultado do descongelamento das progressões nas carreiras e admissão de trinta e quatro trabalhadores considerados precários. -----

---- Também assunção por parte do Município de algumas competências até agora do Estado Central, poderão influenciar a evolução do quadro do pessoal. -----

---- Da conjugação da receita arrecadada e da despesa paga, resultou um saldo de tesouraria de setecentos e setenta e sete mil e setecentos e dez euros, página oitenta e oito que, transitou

para dois mil e dezanove e que, será incorporado no orçamento do presente ano, tal como consta na Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. -----

---- Portanto e tal como vem acontecendo nos últimos cinco anos não existia qualquer dívida a fornecedores em trinta e um do doze de dois mil e dezoito. -----

---- Nesta data existiam sessenta e seis faturas em conferência, nos serviços, com um valor global de cento e vinte e um mil e quinhentos euros, por serem apresentadas nos últimos dias do ano e primeiros meses de dois mil e dezanove. Verifica-se facilmente que poderiam ter sido pagas face ao saldo de gerência existente. -----

---- De acordo com a fórmula prevista no despacho do Ministro das Finanças, publicado no Diário da República, número setenta e um de treze do quatro de dois mil e nove, o prazo médio de pagamento em dois mil e dezoito foi de três dias. -----

---- Mais uma vez, para que fique absolutamente claro, reforçamos que o prazo de três dias não corresponde ao prazo real de pagamento mas sim ao resultado da fórmula que a DGAL aplica a todos os trezentos e oito Municípios do nosso país. -----

---- Esta fórmula representa um referencial ou dá origem a um ranking que nos permite comparar com todos os outros e afirmar que somos um dos Municípios melhores pagadores de Portugal. -----

---- Mais uma vez, este ano, a Câmara Municipal cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental previsto na Lei das Finanças Locais, ou seja, as receitas correntes foram superiores em cerca de três milhões de euros ao valor resultante da soma das despesas correntes com amortizações de empréstimos, possuindo uma margem confortável neste indicador. -----

---- Importa ainda, esclarecer que as despesas inscritas na classificação económica, 02.02.25 outras aquisições e serviços, que apresenta um valor de dois milhões e quarenta e um mil euros, página cento e vinte e seis, está justificada por diversos projetos do PAM, sendo os mais relevantes o da limpeza urbana, da manutenção dos espaços verdes e da iluminação pública. -

---- O presente relatório de gestão e contas, bem como, o orçamento e grandes opções do plano municipais, contabilizam todos os cêntimos que entram e saem do Município, sendo facilmente analisável onde é gasto cada um deles. -----

---- A Câmara Municipal em trinta e um do doze de dois mil e dezoito, possuía uma margem de cinco milhões e cem mil euros para o corrente ano para atingir o limite de dívida nos termos da Lei das Finanças Locais. -----

---- Sobre endividamento e porque alguns Senhores Deputados, por vezes, afirmam coisas sobre este tema que simplesmente não são verdade, é importante sublinhar que em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito o atual Executivo Municipal não havia criado um único cêntimo de novas dívidas, página cinquenta e quatro, pelo contrário, desde que, assumimos a gestão do Município amortizamos cerca de doze milhões de euros de dívida herdada. Mas deixem-me recordar-vos as minhas próprias palavras sobre este tema, já no ano de dois mil e quinze e passo a citar: *“a importância de abater dívida e simultaneamente não criar dívida nova é clara para todos. Aproxima-se um novo quadro comunitário de apoio e a autarquia tem de estar em condições de alavancar investimentos de muitos milhões de euros no nosso concelho.* -----



--- O nosso compromisso é claro, no final deste mandato não haverá mais dívida do que aquela que existia quando chegamos. -----

--- A partir do próximo ano poderemos recorrer a financiamentos para aceder ao quadro comunitário, mas cada cêntimo investido terá que, comprovadamente ter um efeito multiplicador para o nosso território”. -----

--- A atualização do crédito bancário ou a utilização do crédito bancário começou apenas em dois mil e dezoito, mas o nosso compromisso mantém-se. No final deste mandato não haverá mais dívida do que aquela que existia quando chegamos. -----

--- Em termos de balanço regista-se um ativo de cerca cento e noventa e sete, virgula dois milhões de euros, mais oitocentos e dezasseis mil euros do que em dois mil e dezassete, ou seja, mais zero, virgula quatro por cento. O crescimento do valor do ativo significa que o Município tem património mais valioso. -----

--- Por que também costuma ser alvo de referência, reafirmo que o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, pode ser consultada junto dos serviços de património do DAF, uma vez que, tem mais de duas mil e duzentas páginas de bens móveis e cem páginas de bens imóveis de domínio público e de domínio privado. -----

--- Sabemos que o CDS-PP gosta de referir esta listagem que pode consultar quando assim o entender. -----

--- E, há semelhança do que já acontecera nos dois últimos exercícios, dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, certifica as contas do Município retirou da certificação legal das contas a reserva que sempre colocou sobre o domínio público municipal. -----

--- Pode em suma, concluir-se que, o Municípios de Vila Real, possui em trinta e um do doze de dois mil e dezoito uma situação financeira saudável. -----

--- Estou à vossa disposição para as perguntas que entenderem fazer. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão aos Senhores Deputados Municipais. Inscreveram-se os seguintes Deputados, faça favor, Senhor Deputado Vasco Amorim. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: gostaria de fazer duas ou três notas relativamente ao resumo do Senhor Presidente, nomeadamente no que diz respeito aos indicadores relevantes de dois mil e quinze e dois mil e dezoito, com um decréscimo de quatro, vírgula dois por cento na taxa de evolução da receita, dois mil e quinze, dois mil e dezoito, página trinta e cinco. -----

--- E eu gostaria que depois o Senhor Presidente confirmasse que se retirarmos o saldo de gerência anterior, as receitas até estão a subir, isto é só um artifício, em dois mil e quinze a onda de quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil euros de forma as contas do município transforma as receitas de dois mil e quinze das maiores dos últimos quatro anos. ---

--- Depois no ano a seguir, dois mil e dezasseis, tem dois milhões, trezentos e sessenta mil de

saldo de gerência e depois voltamos a outra onda de quatro milhões, quinhentos e trinta e três mil e este ano, dois mil e dezoito, temos um milhão, setecentos e sessenta e oito mil. -----

---- Se tirarmos este efeito e olharmos, por exemplo, até o total de receitas estruturais, verificamos um crescimento de dois, virgula seis por cento. -----

---- E mais, ainda, gostaria que também me fizesse notar que os impostos diretos representam uma taxa de crescimento de cinco, virgula seis por cento e os impostos indiretos, impostos e multas onze, virgula três por cento, só para falar de dois deles. -----

---- É para isso que servem as interpretações e é isso que serve o debate político para nós termos esta abordagem. -----

---- Relativamente a dois mil e dezoito, dois mil e dezoito é um ano muito especial como eu vou já mostrar, mas dizer que baixou dois, virgula seis por cento não admira por que dois mil e dezasseis não fez praticamente nada, não admira que esteja a decrescer, isso com certeza, ninguém põe em causa, podemos enganar algumas pessoas durante bastante tempo mas é difícil enganar para sempre. -----

---- Relativamente à perspetiva de aumento de despesa, relativamente ao descongelamento ainda bem que vai haver esse aumento, mas quanto às transferências de competências do Estado Central espero que haja um envelope financeiro que ajude a equilibrar, não vamos ficar só com os ossos e a carne fique só para o Estado Central, isso já estamos habituados, temos que negociar e discutir esta matéria. -----

---- Tirando estas notas iniciais, gostaria que me permitisse a ligação do computador, gostaria de fazer a apresentação que solicitei. Só para melhor compreendermos aquilo que vou dizer porque tem muitos números. -----

---- Estudando este relatório eu e um conjunto de companheiros tivemos que fazer aqui um apanhado por que começou a ficar confuso. Confuso, lá está a tal memória não estava a bater certo com as coisas que estávamos a ler e com a nossa perspetiva do que vai acontecendo na cidade. -----

---- Fiz um resumo, talvez não se consiga ver muito bem do meio da sala, mas eu vou tentar acompanhar. -----

---- O orçamento inicial que nós aprovamos nesta Assembleia nos finais de dois mil e dezassete é de trinta e oito milhões, setecentos mil euros. Logo a primeira alteração, a primeira modificação que foi uma alteração envolveu logo a dezoito de janeiro, um milhão, oitocentos e noventa e um mil euros. -----

---- Isso não é visível no relatório de forma evidente, de forma tão clara como estou a por aqui porque eu tive que cruzar as atas da Câmara com este relatório porque este quadro não existe neste relatório de contas. -----

---- Mas só foi a reunião de Câmara a vinte e um de maio, foi assinado esta alteração orçamental a dezoito de janeiro, mas só vai ser presente a reunião de Câmara a vinte e um de maio. O orçamento mantém-se, pacífico, embora seja um valor elevado logo do dia dezoito de janeiro. -----

---- A primeira revisão, estamos habituados, constitui a segunda modificação orçamental no valor de dois milhões, cento e sessenta e nove e foi à Câmara Municipal a dezasseis de abril e à



Assembleia Municipal a trinta de abril. -----

---- Portanto, o orçamento subir cinco, virgula sessenta por cento atingindo quarenta milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois, virgula onze cêntimos. -----

---- O documento da despesa dois, a terceira modificação, também há trezentos e oito mil euros de alterações e reforços de diminuições, portanto, não há alteração no orçamento, embora se registre que ela foi feita a dez de maio, antes de ser apresentada a primeira modificação à reunião de Câmara, já estávamos na terceira e depois foi à reunião de Câmara de quatro de junho. -----

---- Curiosamente nessa mesma data houve a despesa número três, a quarta modificação, que há um acréscimo de facto da receita e também da despesa de quatrocentos e vinte e cinco mil euros fruto de um pavilhão que se vai construir na zona industrial e que está aqui no relatório e muito bem. E, portanto, com os reforços atingiu agora um milhão, novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa euros e uma diminuição de um milhão e quinhentos mil. -----

---- Foi à Câmara Municipal a três de agosto, a quatro de junho foi assinado internamente pelo Senhor Presidente da Câmara e o orçamento atingiu o pico do ano subindo mais um por cento, um virgula quatro por cento atingindo um valor de quarenta e um milhões, duzentos e noventa e quatro, seiscentos e sessenta e dois euros e onze cêntimos. -----

---- Chegamos à despesa quatro, quinta modificação e voltou-se a mexer, aquelas trocas que costuma haver entre rubricas, novecentos e noventa e quatro mil duzentos e noventa euros que é reforços em diminuição, não tem impacto no valor orçamental a dois de agosto, curiosamente na véspera de ter sido apresentado em reunião de Câmara a modificação anterior. -----

---- E só vai a reunião de Câmara a ser apresentado aos Senhores Vereadores a dezanove de novembro de dois mil e dezoito. -----

---- Depois vem o célebre ou fatídico, a despesa cinco e a receita dois que constitui a sexta modificação e a sétima modificação. -----

---- A sexta modificação são mais novecentos e setenta e nove mil euros que andam de um lado para outro nas rubricas aqui, foi aprovado internamente a dois de novembro e antes da anterior ir a reunião de Câmara e só foi apresentada na Câmara Municipal a sete de janeiro de dois mil e dezanove. -----

---- Como são consideradas alterações a Assembleia Municipal não sabe nada sobre isto, não teve impacto sobre o orçamento a sexta modificação, mas quando chegamos à alteração que diz aqui receita dois, eu estou desconfiado que deve ser a três, vamos admitir que seja a dois, verificamos que no útil dia do ano e porquê que é o dia útil do ano? Trinta e um era segunda-feira, tolerância de ponto, dia trinta é domingo, dia vinte e nove era sábado, portanto vinte e oito de dezembro de dois mil e dezoito foi o último dia útil do ano. -----

---- E, nesse dia, o Senhor Presidente da Câmara entendeu que podia fazer a diminuição de nove milhões de euros ao orçamento, quer na receita quer na despesa e sem ser necessário vir à Assembleia Municipal. -----

---- E, portanto, assim sendo, foi apresentado, apesar de ser como aditamento no último ponto, quase em fase de esquecimento, também no dia sete de janeiro de dois mil e dezanove,

passando do orçamento dos tais quarenta e um milhões, duzentos e noventa quatro e uns trocos para trinta e dois milhões, duzentos e noventa e quatro e uns trocos, ou seja, é neste dia, o dia útil do ano o Senhor Presidente fez a diminuição do orçamento de vinte e um, vírgula setenta e nove por cento. -----

---- Entretanto, também há uma coisa que é preciso dizer, somamos todas estas variações de valores de forma acumulada, em sete modificações foram alterados dezassete milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e dois euros e onze cêntimos que, representam quarenta e quatro, vírgula seis por cento do orçamento inicial. -----

---- Portanto, podemos dizer que o orçamento inicial comparado com este final é uma miragem, está completamente baralhado. -----

---- Que impacto é que isto tem e por que razão é que isto foi feito? O impacto é este, se é um facto que da execução da receita apenas se conseguiu vinte e oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, trezentos e oitenta euros, o primeiro valor, está na página trinta e um do relatório todos podemos consultar, da execução da despesa foi apenas realizado vinte e sete milhões, duzentos e noventa e oito mil e seiscentos e sessenta e nove euros, também está na página trinta e um do relatório e contas. -----

---- E o que é que acontece então de famoso com esta sétima modificação que nunca foi feita em Vila Real? Uma operação deste tipo. É que a taxa de execução da receita antes da sétima modificação tinha uma taxa de execução de sessenta e nove, vírgula sessenta e nove por cento. E como já sabiam naquela data que isto estava a correr mal e é verdade que estava a correr mal fez-se o corte, o desaparecimento dos nove milhões de euros e passou logo de forma milagrosa para oitenta e nove, vírgula onze por cento, espetacular, subiu dezanove vírgula quarenta e dois por cento. -----

---- Na taxa de execução da despesa antes desta famosa alteração que é pouco conhecida tinha sessenta e sete, vírgula oitenta por cento de execução e depois da sétima modificação uma espetacular taxa de oitenta e seis, vírgula setenta por cento. Aumentando, portanto, dezoito, vírgula noventa por cento. -----

---- Por que razão é que o Senhor Presidente da Câmara ordenou fazer esta sétima modificação? O número três do artigo cinquenta e seis da Lei número setenta e três de dois mil e treze de três de setembro, determina que, a taxa de execução da receita não seja inferior a oitenta e cinco por cento em dois anos consecutivos, é só ver a página oitenta e um do relatório de gestão e contas. -----

---- Curiosamente eu alertei precisamente para esta novidade em dois mil e treze ou dois mil e catorze quando tivemos uma das célebres discussões orçamentais. -----

---- Consultando essa página oitenta e um verifica-se que no ano de dois mil e dezassete a taxa de execução foi inferior a oitenta e cinco por cento tendo apenas oitenta e um vírgula três por cento. E, portanto, antes ou depois da modificação este valor não se consegue alterar porque é do ano passado. -----

---- Mas agora para dois mil e dezoito, fruto desta sétima modificação, passamos de sessenta e nove, vírgula sete por cento e, portanto, violava este ponto da lei setenta e três e passamos para um valor muito positivo, oitenta e nove vírgula um, até podia ser mais positivo se os



impostos diretos tivessem corrido de outra maneira e, portanto já não viola a lei perante estes cálculos. -----

----Ora, assim sendo, como já sabia, julgo que era a nossa convicção que esta operação só tem como efeito retirar do alerta que ia gerar em várias instituições, nomeadamente até a própria Assembleia Municipal de que, não estava a ser cumprido este ponto da lei, tirando esta modificação não se vê mais nenhuma vantagem. -----

---- Eu expressei este caso a um cidadão que não tem nada a ver com política, nem de expressa ideologicamente, para perceber o que o cidadão comenta disto, e eu aturei a expressão que esse cidadão disse, disse esta frase singular: “assim é fácil”. Muito obrigado, Senhor Presidente.

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos gostaria de deixar aqui algumas notas e começaria de seguir o documento até ao fim. Gostaria de começar por algumas questões que são relativamente simples, mas sendo questões gostava de as ver esclarecidas. -----

---- Relativamente à participação zero ou não participação de Membros da Assembleia Municipal em reuniões de diferentes conselhos, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Proteção Civil entre outros, gostaríamos de saber a que se deve tal facto. -----

---- A segunda questão tem a ver com as geminações que Vila Real possui com diferentes localidades espalhadas pelo mundo. Gostaríamos de questionar o Senhor Presidente sobre os efeitos práticos das mesmas, que vantagens socioeconómicas estamos a retirar deste tipo de ligação com diferentes cidades. -----

---- A terceira questão resulta da leitura da página dezanove onde se verifica que existiu um acréscimo de contratação de recursos humanos na EMAR. Gostaríamos de saber como estão a ser gizadas, integradas estas contratações com a futura constituição da empresa intermunicipal, que teve mais um desenvolvimento na última Assembleia Municipal. -----

---- Relativamente à questão dos precários, Senhor Presidente, já foi respondendo ao Senhor Deputado José Abraão. Gostaríamos de saber se neste momento existem ou não trabalhadores na condição de precários no nosso Município. -----

----- Gostaríamos ainda de perceber, reportando-nos à página vinte, sobre as avenças. Gostaríamos de questionar quais as funções, tarefas que são desempenhadas, nomeadamente na área das florestas e da advocacia, sobretudo na forma como estas se ligam ou interligam com o gabinete de proteção civil e floresta e com os serviços jurídicos e de fiscalização respetivamente. -----

---- Outra questão que gostaríamos de lhe colocar, Senhor Presidente e que está explanada na página vinte e seis do relatório, prende-se com a questão da formação/ qualificação dos trabalhadores que, é nosso entendimento e acredito que também seja o vosso, é um dos factos de sucesso para as instituições e onde é possível verificar que há uma redução que, eu posso apelidar de drástica em termos de participação dos colaboradores, passando de sessenta, vinte por cento para dezoito, virgula trinta e um, apesar de ter existido um ligeiro aumento em termos de custos, passando zero, zero oito por cento para quinze. -----

---- Sobre as questões de cariz mais financeiro, gostaríamos também de deixar aqui algumas considerações. -----

---- Verificamos de novo uma maior capacidade para executar a receita do que para executar a despesa programada. O documento permite-nos ainda perceber que a máquina fiscal municipal excede o ótimo, com taxas de execução acima de cem por cento, dos impostos diretos, cento e seis por cento e noutras receitas correntes, cento e sete por cento, sendo isso constatável na página trinta e um do documento. -----

---- Em dois mil e quinze os impostos diretos representavam vinte e cinco, virgula nove por cento da receita; em dois mil e dezoito representam trinta e quatro, virgula sete. Galopando assim a uma taxa de cinco virgula seis por cento ao ano, conforme descrito na página trinta e cinco. -----

---- Neste número fiscal o IMI representa sessenta e oito por cento do total dos impostos, em dois mil e dezassete era de sessenta e cinco por cento. -----

---- Sabendo que o Governo se prepara para agravar este imposto com consequência no bolso das famílias, é espectável lá para dois mil e vinte. Questionamos o Senhor Presidente se pensa ou não desonerar as famílias do nosso concelho com uma taxa mais baixa de IMI já no próximo orçamento municipal. -----

---- No que confere à arrecadação de verbas provenientes de fundos comunitários, da leitra que fazemos da página trinta e cinco parece-nos que tem sido bem diferente. Com uma taxa de crescimento negativa, trinta e seis, virgula três por cento embora com uma ligeira melhoria face ao ano anterior. -----

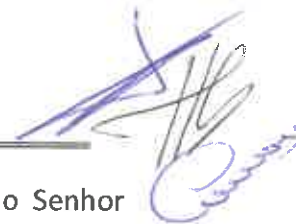
---- No que confere às despesas de investimento, estas têm vindo a recuar sistematicamente e no ano transato não foi exceção pela leitura que fizemos na página cinquenta e sete. -----

---- Relativamente às transferências correntes para as Associações de Municípios vimos com surpresa e gostaria que o Senhor Presidente nos explicasse, a diferença em termos de transferências entre a Associação de Municípios do Vale Douro Norte e Douro Alliance. Para uma foram transferidos mil e oitocentos e setenta e um euros e para outra, cinquenta e um mil euros, tal como está descrito na página sessenta e seis deste documento. -----

---- Voltando às questões do investimento, registou-se uma redução em sede de PPI de cinco milhões novecentos e dezanove mil e oitenta e nove cêntimos para cinco milhões cinquenta e nove mil e quinhentos e oitenta e oito, página setenta. Em linha com uma quebra gigante, na nossa perspetiva nas transferências para investimento nas Freguesias. -----

---- Em relação ao montante que havia sido transferido, curiosamente no ano de dois mil e dezassete que experimentou um crescimento abrupto face aos restantes anos. -----

---- Fica assim claro, no nosso ponto de vista que, com este relatório que a execução de dois mil e dezoito se centrou na carga fiscal aos Munícipes, na redução do investimento e num dinamismo económico, a nosso ver, anémico avaliar, por exemplo, pelo retrocesso da arrecadação da Derrama, cujas provisões se ficaram apenas pelos oitenta, virgula nove e noventa e sete por cento do esperado. -----



---- Há aqui outra questão que eu também de referir, ao Senhor Presidente, e o Senhor Presidente teve há pouco a amabilidade de se dirigir ao CDS, relativamente ao inventário de bens. -----

---- Nós no ano passado fizemos uma sugestão que voltamos a fazer ao Senhor Presidente, obviamente nós não defendemos que nos sejam dadas dois mil páginas, nem cem páginas, não é isso que nós defendemos. Defendemos que seja possível consultar a todo o momento essa informação. -----

---- Acreditamos que é possível e, portanto, propomos o que propusemos no passado para que isso possa estar disponível on-line para consulta dos interessados. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém desejaria usar da palavra. Não. Senhor Presidente quer dar alguma resposta sobre este assunto, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e respondeu. Eu começaria por responder ao Senhor Deputado Vasco Amorim com o óbvio e o óbvio está aqui. -----

---- O óbvio são as receitas dos últimos dez anos e verifica-se aquilo que eu anunciei. Em média desceram quatro, virgula seis por cento, isto significa que estamos a fazer mais com menos. Isto é só fazer um gráfico compará-las com as barras, com a escala semelhante, convém que a escala seja igual, sabemos que para a televisão, de vez em quando fazia escalas diferentes e parecia que tudo era diferente e fazer esta comparação. -----

---- Sobre o cidadão disse que era fácil, eu diria que esse cidadão devia passar por uma Junta de Freguesia, os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia sabem do que eu falo, por um euro têm de fazer uma revisão orçamental. Se passassem por uma Junta de Freguesia sabiam quantas alterações orçamentais tinham necessidade de fazer. -----

---- E a mim apetece-me responder ao Senhor Deputado com as suas próprias palavras por que quando a taxa de execução foi de sessenta e oito por cento, mas dizer que nós cumprimos escrupulosamente a lei, mas quando foi de cinquenta e oito por cento, o Senhor Deputado dizia: eu acho que atingir esta taxa de execução foi um valor record, trinta de abril de dois mil e treze. Veremos as contas dos outros Municípios, mas veremos quantos não se despistaram pelo caminho porque não tinham uma boa administração, quando era de cinquenta e oito por cento.

---- Senhor Deputado, eu poderia continuar a ler aqui várias citações suas, em que dizia exatamente o contrário do que acabou ali de dizer. Mas eu acho que não vale a pena, é enfadonho e não vale a pena argumentar assim. -----

--- Apenas lhe direi que as alterações orçamentais foram feitas dentro da lei, absolutamente legal e transparente e de facto nós quando apresentámos as alterações orçamentais, nomeadamente a última explicamos porque não foi possível executar verbas que tínhamos previstas de fundos comunitários. Por que é que não foi possível? Porque houve atrasos na CCDRNorte e por que é que não foi possível? Porque também houve atrasos em algumas obras. E, portanto, não sendo possível tivemos que adiar e fazer as alterações orçamentais devidas, isso é natural, eu dou-lhe um exemplo, este ano já em dois mil e dezanove nós queríamos ter

lançado a obra da estação há três meses atrás, o Tribunal de Contas atrasou pelo menos duas vezes, deixou esgotar o prazo de um mês e depois ao vigésimo nono dia fez-nos uma pergunta e depois esgotou novamente o prazo de outro mês. Nós estávamos à espera de consignar a obra, atrasamos a consignação em dois meses. -----

---- Que culpa a Câmara Municipal tem disso? Nenhuma, zero, rigorosamente zero. O que é que acontecerá em dois mil e dezanove? Aquilo que era para ser feito pelo empreiteiro em dez ou onze meses, não conseguirá fazer em oito ou nove e, portanto, inevitavelmente vamos ter que fazer aqui um ajuste orçamental, mas é um ajuste legal, claro, transparente, até por que gerir é isto mesmo, não sei se sabia, mas gerir é fazer estas coisas, é fazer exatamente aquilo que acabamos por fazer, cumprindo escrupulosamente a lei. Aliás quero-lhe dizer que se a lei aconselhasse que fosse feito em dois mil e treze, tenho a certeza absoluta que também o faria. Viria aqui elogiar, se bem o conheço, elogiar exatamente essa realidade. -----

---- Duas coisas que queria sublinhar relativamente ao Senhor Deputado Vasco Amorim, pode dar as voltas que quiser, facto são factos, a receita diminuiu quatro, virgula seis por cento em média, outro facto que é claro, transparente, inequívoco, cumprimos a lei e cumprimos todos os indicadores. -----

---- A pior taxa de execução de dois mil e dezoito é melhor do que a vossa melhor taxa de execução, isso é de sublinhar e esclarecer. Lamento muito estas faltas de memória e esta confusão. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Patrique Alves, eu sei que o Senhor Deputado Patrique Alves é do CDS e sei o que o CDS defende. Defende, sistematicamente, a baixa de impostos, mas para quem? Não é para as famílias, é para os ricos. -----

---- Eu tenho aqui os cinquenta maiores pagadores de IMI no concelho de Vila Real, não há nenhuma família e vou-lhe citar alguns nomes:

- . Trumidouro S.A., paga oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros;
- . Caixa leasing factory- Instituição financeira de crédito S.A., paga trinta e seis mil euros;
- . Fundo de investimento imobiliário, representado pelo Sonagesp, paga catorze mil quinhentos e sessenta euros;
- . Novo banco, paga dezoito mil e tal euros;

---- Nestes, cinquenta se nós fizéssemos aquilo que o CDS e o PSD defendem, estávamos a retirar ao Município cento e quarenta mil euros, acha pouco? Olhe que fazem falta esses cento e quarenta mil euros ao Município de Vila Real. E, portanto, a sua luta é sempre igual, é sempre a mesma, até porque você sabe que as famílias, aqueles que necessitam e está isso plasmado na ata da Assembleia Municipal de catorze de dezembro de dois mil e dezoito em que diz: “das famílias cujo rendimento anual do agregado familiar não ultrapasse duas virgula três vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial dos prédios urbanos pertencentes ao agregado familiar não exceda dez vezes o valor anual do IAS, não pagam IMI”, você sabe disso, todos sabem disso.

---- Portanto, você não defende as famílias, defende outros grupos e nós sabemos quais são, baralha este discurso todo, até dizem que o Vox não é populista, nem é de extrema-direita, essa é a vossa metodologia. Só que os Vila-realenses não se deixam enganar como têm provado de forma sistemática. -----



---- Também foi dito de que o sujeito passivo, também quem está num lar de terceira idade também não paga e há um conjunto de outras isenções que permitem que muita gente não pague IMI. E lembrava-lhe de uma coisa importante é que nós adotamos o IMI familiar, eu sei que o CDS não queria, mas adotamos o IMI familiar que implica descontos para quem tem um, dois e três filhos. -----

---- E, portanto, sobre esta questão da carga fiscal julgo que também não vale a pena gastar muito mais tempo a responder a estas questões. -----

---- Sobre a página dezanove, empresa intermunicipal, claro que a EMAR tem tudo salvaguardado, aliás é a cabeça de um projeto que dá muito orgulho poder liderar na região, por que das duas uma ou lideramos estes projetos e estamos-nos afirmar como capital de distrito, com massa critica. Quando fazemos, fazemos mal, quando não fazemos, lá estão eles não se conseguem afirmar, não conseguem liderar, não conseguem avançar.

---- Página vinte – avenças. As avenças são as avenças que havia, em regra. O assessor jurídico continua a ser o Doutor José Aguilar, a nutricionista continua a ser a nutricionista que cá estava, na área do desporto continua a ser a mesma pessoa, na área cultural continua a ser o mesmo que é o Doutor Elísio Neves, pronto é assim, são as avenças que cá estavam e haverá com certeza ajustamentos quando houver necessidade de fazer esses ajustamentos. -----

---- Depois pergunta – formação. A formação, uma parte da formação é feita com fundos comunitários outra parte da formação resulta do acerto que a Câmara Municipal tem feito com um conjunto de instituições às quais não paga para que possam dar essa formação aos nossos trabalhadores. -----

--- O que é importante não é o dinheiro que se gasta, o que é importante é o número de trabalhadores que se abrange com essa formação. -----

---- Sobre os impostos já falei, fundos comunitários também. Sobre o Douro Alliance e Associação de Municípios do Vale Douro Norte por que é que são valores diferentes? Eu acho que se enganou na pergunta ou então eu não percebi. É óbvio, se são instituições e associações que fazem e que desenvolvem atividades diferentes, os valores são diferentes, sempre foi assim, aliás não é nenhuma novidade, sempre aconteceu isso. -----

---- Sobre as Juntas de Freguesia, estão aqui os Senhores Presidentes das Juntas e que podem testemunhar, este ano, eu já sei que no ponto a seguir vocês votarão contra porque são contra a pavimentação de um conjunto de ruas e de estradas no mundo rural e eu acho que é importante explicar às populações que o PSD não quer que essas ruas que essas estradas sejam pavimentadas. -----

---- Houve anos que nós fizemos contratos-programa com as Juntas de Freguesia, este ano e noutros momentos solicitamos pela dimensão, por aquilo que se queria fazer acertar com as Juntas de Freguesia em vez de serem as Juntas pode ser a Câmara em determinados momentos a fazerem esse trabalho, dada a dimensão do pacote de pavimentações e outros trabalhos que é necessário fazer. -----

---- Isso não significa que não haja investimentos nas Freguesias porque só em saneamento houve vinte milhões de euros em saneamento. Houve vinte milhões de euros em investimento,

dava para fazer por exemplo, um teatro municipal, uma biblioteca, um arquivo, e por ai adiante, só que, são vinte milhões de euros enterrados, não se vê. -----

---- Sabe, para mim as questões de âmbito ambiental são importantes, as questões relacionadas com o mundo rural são importantes, eu prefiro que esse dinheiro seja enterrado e seja feito aquilo que tem de ser feito do que ter uma “placazinha” numa inauguração a dizer: “Biblioteca fulano tal ou arquivo fulano tal”. São perspetivas, são formas diferentes de gerir, por isso é que os Vila-realenses, provavelmente, no momento certo nos deram a maior vitória eleitoral de sempre em Vila Real. -----

---- É porque consideraram que aquilo que fizemos entre dois mil e treze e dois mil e dezassete não foi assim tão mau quanto é a avaliação de alguns dos Senhores Deputados. -----

---- Portanto, no fundamental respondi a maior parte das questões e ficaria por aqui. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado, Rodrigo Sá, faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento a restantes Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, demais assistência e para aqueles que nos ouvem lá em casa.

---- Eu achei que devia aqui intervir porque, de facto, percebemos há pouco num ponto ainda no período antes da ordem do dia que o PSD, nomeadamente o Senhor Deputado Vasco Amorim, não gosta que o recordem do passado, tem vergonha, tem vergonha do passado, tem vergonha do que se fez no passado, tem vergonha das taxas de execução do passado, tem vergonha das palavras que disse no passado. -----

---- E o Senhor Presidente lembrou-se de vir à nossa Assembleia Municipal e trazer declarações do Senhor Deputado Vasco Amorim de dois mil e doze e dois mil e treze. -----

---- Senhor Presidente, eu fui um pouquinho mais atrás, fui a dois mil e onze e o Senhor Deputado Vasco Amorim explica exatamente aquilo que veio aqui perguntar só que esqueceu-se. -----

---- O que dizia em dois mil e onze o Deputado Vasco Amorim, “uma taxa de execução que não era de noventa por cento, nem de sessenta e oito por cento era de cinquenta e dois por cento”. “O que diz respeito de facto aos valores das taxas de execução, todos os anos fazemos o mesmo filme, basicamente há o orçamento que corresponde a cem por cento, depois há compromissos assumidos que baixa obrigatoriamente para valores entre os setenta e os oitenta por cento e, note outros pagamentos que é despesa efetivamente paga tenha um valor muito mais baixo que rondará cinquenta e dois por cento”. Isto deve-se, o Senhor Deputado Vasco Amorim sabia em dois mil e onze e entretanto esqueceu-se, “isto deve-se ao facto de muitos dos fundos com que se realizam determinadas obras serem provenientes de fundos comunitários”. -----

---- Em dois mil e onze o Senhor Deputado Vasco Amorim sabia por que era necessário baixar aos orçamentos, quando não vinha dinheiro de fundos comunitários. E até acrescentava um bocadinho à frente, “este documento é transparente, está aqui tudo escrito, isto de facto, “na



altura a transcrição foi negável”, “julgo que a expressão fosse” inegável e tem sido elogiado pelos serviços financeiros do estado. Agora admite-se que haja diferentes opiniões e de críticas é perfeitamente aceitável. Agora por que temos aqui três percentagens vamos andar aqui a brincar com percentagens, não conseguimos todos acordar nisto”. -----

---- O Senhor Deputado Vasco Amorim conseguiu fazer muito mais do que três percentagens, misturou ali “alhos com bugalhos”, misturou a “Beira da estrada com a estrada da beira”, somavam tudo e diziam que era quarenta por cento do orçamento. -----

--- Ó Senhor Deputado, sabe que, pelos vistos, nas suas contas eu não fiz, sem a última revisão orçamental, de resto tudo perfeitamente legal espero que concorde com isso, veremos, é uma belíssima expressão e desafio-o mais uma vez, de cada vez que algum Senhor Deputado sobe aqui e diz que algo é ilegal, eu lanço o mesmo desafio e lanço a si também, se é ilegal faça-se queixa, permita-se que os tribunais se pronunciem, fica lançado o desafio. Mas dizia-lhe eu, o Senhor Deputado diz-nos que a taxa de execução são sessenta e oito por cento, não são. No ano anterior tinham sido à volta de oitenta, como estava abaixo dos oitenta e cinco na lei e no ano anterior? Lembra-se quanto é que foi Senhor Deputado? Não se lembra, noventa e nove, virgula sete por cento. -----

---- Na altura não me recordo o Senhor Deputado vir aqui dar os parabéns por termos atingido uma taxa de execução de noventa e nove, virgula sete por cento e na altura, já agora, não me recordo de alguém ter falado de “artimanhas”, de “artifícios”, de “taxas de exceção puxadas para cima”, “quebras de valor do orçamento”. Não Senhor Deputado, de facto, foram executados noventa e nove, virgula sete por cento, na altura o Senhor esqueceu-se mas, ainda vem a tempo, de vir aqui, dar os parabéns ao Executivo Municipal. -----

----Por fim Senhor Deputado, indo ao encontro, eu também tenho esta mania das citações, vou fazer uma citação que não é sua, peço imensa desculpa, mas havia um outro Deputado Municipal que agora já não está na vossa bancada que dizia em dois mil e dez, o nome dele é Nataniel Araújo; *“é um erro político ou melhor é um erro político grave não compreender e não respeitar os resultados das últimas eleições. Foi há pouco mais de seis meses que esta Assembleia tomou posse, ainda é muito cedo para a oposição querer esquecer a vontade democrática manifestada pelos cidadãos de Vila Real. Honrar e cumprir os desígnios do vinte e cinco de abril é respeitar a decisão suprema dos eleitores. Por muito que algumas pessoas não tenham gostado do resultado das últimas eleições autárquicas e admitamos que haverá algumas, uma das lições da revolução de abril é que devemos tirar as devidas conclusões da vontade popular”*. -----

---- E, portanto, Senhor Deputado Vasco Amorim, chamar estúpidos aos eleitores de Vila Real, vir aqui dizer que os eleitores de Vila Real foram enganados por este Executivo Municipal, que não souberam avaliar a execução, Senhor Deputado, isso é um atestado de menoridade que não se justifica em dois mil e dezanove. -----

---- Felizmente os Vila-realenses votaram em consciência, deram um belo resultado ao partido socialista, há pouco o Senhor Presidente dizia, o melhor de sempre. E, acredito, Senhor Deputado que, não fosse essa a sua expectativa e que não tenha gostado do resultado, acho normal. Agora, daí, subir a este palanque e querer argumentar politicamente e dizer que os

Vila-realenses não sabiam o que estavam a fazer, Senhor Deputado, acho que, os Vila-realenses merecem mais consideração por parte da bancada do PSD, por que afinal de contas vocês também foram eleitos por esses mesmos eleitores. Disse. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhor Deputado, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Em defesa da honra o tempo não vai descontar. -----

---- Senhor Deputado, sinceramente, no ano passado veio aqui todo nervoso porque nós optamos por apenas votar e fazer uma declaração de voto. Agora o Senhor Deputado, completamente perdido na sua intervenção, resolve dizer que eu chamei estúpidos aos eleitores, sinceramente. -----

---- O Senhor vai fazer o favor de ler a transcrição desta ata e de me pedir desculpa, porque já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira que põe palavras na minha boca. Eu não chamei estúpidos, eu só disse que da arte política a mensagem serve para influenciar e muitas vezes enganar os eleitores. Chamando atenção mais de uma coisa boa e menos para as coisas más e este é um bom exemplo, mas nunca chamei a palavra estúpido. -----

---- Esta é a minha defesa da honra, eu acho que é um hábito que o Senhor Deputado tem e que deve terminar rapidamente. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhor Deputado, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Eu resolvi pedir a palavra de novo porque eu não sei se posso depreender das palavras do Senhor Presidente de Câmara que para o ano, efetivamente irá existir uma redução do imposto municipal sobre imóveis para a classe média, porque o Senhor nunca nos viu a mim nem aos meus antecessores defendermos o abaixamento de impostos para contribuintes específicos e também não sei, o Senhor Presidente terá informação que nós não possuímos, o Senhor citou aí alguns contribuintes e eu não sei em quem eles votam nem estou interessado em saber, se quer que seja muito franco. Porque o voto é livre, é livre cá, é livre em Espanha. -----

---- O Senhor perguntar-me-á se eu sou mais próximo do VOX ou do PODEMOS, isso para nós é absolutamente claro, eu serei mais próximo do VOX e o Senhor é mais próximo do PODEMOS, digo eu, um é de extrema-direita, segundo a vossa teoria e o outro é um partido amplamente democrata, que recebeu aparentemente verbas do regime também ele democrático, o regime Venezuelano, mas isso seria uma outra discussão. -----

---- Gostaria também, já que o Senhor Presidente há pouco falou da questão do ambiente, foi uma questão que também me suscitou alguma curiosidade e o Senhor terá certamente amabilidade de me responder, o Senhor diz que se preocupa com as questões ambientais e eu sublinho isso e acompanho-o nessa preocupação, mas da leitura que faço aqui do documento,

na página noventa e seis e noventa e sete, olho para as questões da proteção ambiental e vejo uma taxa de execução de trinta e cinco por cento, programa da biodiversidade, trinta e cinco por cento, monitorização do ambiente e desenvolvimento sustentável, trinta e oito por cento. --- Eu acredito, certamente, que estas taxas estarão no início do seu caminho, mas a preocupação existe e eu sublinho-a e sou solidário com ela, o meu partido é solidaria com ela. Mas quando a preocupação, usando as palavras de um antigo Primeiro-ministro socialista, “quando a paixão é grande numa determinada área, depois tem de haver gestos que substanciem essa mesma paixão”. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhor Deputado, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, dado que, os intervenientes do Partido Socialista, nomeadamente o Senhor Presidente e o líder de bancada do Partido Socialista adotaram o desporto de irem buscar coisas da antiguidade da Assembleia Municipal, eu tenho obrigação de pedir ao Senhor Presidente da Assembleia para também poder todas as atas anteriores dos últimos dez ou quinze anos porque é isso que está neste momento em causa para fazer o quê? Para mostrar que o Partido Socialista estava na oposição não vinha a estes púlpitos elogiar o Doutor Martins e dar-lhe massagens nos pés. -----

--- Os Senhores parece que vêm para aqui falar de uma maneira como se fosse a prática normal do Partido Socialista na oposição - tenham paciência - eu não tenho obrigação nenhuma, já o disse várias vezes, de elogiar o Partido Socialista quando faz aquilo que tem de fazer, era o que faltava, muito menos quando tenho muito pouco tempo, não tenho os largos minutos que Vossas Excelências têm. -----

--- Quanto à vergonha, andamos sempre num ambiente de debate que é só para fugir à discussão do presente. Eu orgulho-me muito de tudo o que o PSD fez por este concelho, e do trabalho que desenvolvi, quer internamente quer para fora. E sou acompanhado por todos os militantes e simpatizantes do meu partido. -----

--- E quero-vos informar que as mesmas eleições que vos puseram no poder, também durante muitos anos, durante trinta e oito anos puseram o PSD e de certeza não foi por falta de mérito. Mas isto é tudo conversa para distrair atenção do que é a realidade e a realidade é um exemplo de enganar o cidadão e o leitor contribuinte é pegar no dia útil do ano e limpar nove milhões de euros, não há melhor exemplo. -----

--- Os Senhores estão a dizer, é legal, o que eu acho é que anda muita gente com interpretações da lei muito deficientes e ao mais alto nível, o que não admiro, porque o país consegue arranjar situações trágicas para muitas pessoas, em que colocam o país na falência, pessoas esclarecidas, inteligentíssimas, pessoas que ganhavam duzentos e cinquenta mil euros por ano para fazerem atos de fiscalização. E depois dizem no final com uma “lata” brutal dizer que não tinham capacidade. -----

--- Quanto às percentagens que Vossa Excelência se referiu do passado, já disse mais do que uma vez que o quadro legal era completamente diferente. -----

---- Naquele tempo era preciso inscrever toda a receita daquele ano, não havia faseamentos anuais, os Senhores este ano puseram quatrocentos e vinte e cinco mil euros este ano e uma parte substancial do valor remeteram para o ano a seguir porque só vão fazer obra no ano a seguir. Na altura era colocado todo, eu acho que sim. -----

--- Nós falávamos sempre em três percentagens, de facto, na ótica do pagamento, na ótica da contabilidade e na ótica dos compromissos assumidos e eu realçava que os compromissos assumidos eram muito superiores do que aquele que os Senhores gostam de utilizar, na ótica do pagamento. Também lhe recorde que, não época, os prazos de pagamento eram bem mais longos, mas muito mais longos, não só em Vila Real como em todas as autarquias do país, praticamente todas, é capaz de haver uma ou outra exceção. -----

---- Agora com a lei dos compromissos é muito diferente não é, a lei dos compromissos veio mudar muito a vida das autarquias. Mas também lhe digo, se a DGAL continua a gostar desta fórmula que diz que o prazo de pagamento é de três dias, também está tudo esclarecido, só serve para enganar os cidadãos porque na verdade a realidade nunca é três dias, um dia ou meio-dia como andam aí a tentar vender, é uma falsidade, tem de se dizer a realidade às pessoas e essa forma engana as pessoas. É igual para todos tem mérito, mas dizer que é três dias é uma ilusão, só serve para enganar as pessoas, lá está, outra forma de enganar. -----

---- Gostei só de uma parte, da resposta do Senhor Presidente, é que na verdade quando começa a tentar explicar por que a taxa de execução real é antes da sétima modificação é muito baixa começa a “por o dedo na ferida”. Era aqui que nós devíamos gastar o nosso tempo, que era dizer, há atrasos, pois há, na CCDR, e mais um bocadinho ia lá o Governo, que tem uma taxa de investimento e uma gestão de fundos comunitários, muito deficiente, não fomos lá. ---

---- Depois o atraso das obras também disse, finalmente, vamos dizer a verdade porque já detetamos várias vezes quer em obras na cidade quer nas Freguesias o que há mais é atrasos e incumprimento de prazos por parte dos empreiteiros, mais uma maneira de enganar o cidadão. Dizem que vão demorar seis meses e demoram nove meses, um ano, enfim. E dizem é normal, é tudo normal, neste país é tudo normal, mas o que é certo é que o cidadão é enganado. -----

---- Já começamos a falar da realidade, da tal taxa que era muito longe de oitenta e nove por cento, é que nós começávamos já a “por o dedo na ferida”, e começávamos se calhar a construir a solução. -----

---- Estes números que o Senhor Presidente apresenta tem este grande problema, é que na verdade como mostram taxas espetaculares, depois de retirar nove milhões, parece que está tudo bem e não está. E isto é que põe em causa este relatório e chegamos até ao ponto de dizer, afinal uma parte da não execução é o Tribunal de Contas que é culpado. Toda a gente sabe os prazos que o Tribunal de Contas necessita, é culpado por atrasos? Ele tem os seus prazos e toda a gente os conhece. Já sabe que não decide de um dia para o outro, agora se isto é legal? Se isto é legal, reparem no seguinte, há diferentes interpretações, mas o POCAL, já o li várias vezes, não vejo em nenhum sítio o mecanismo para diminuir a receita global, não vejo. -

---- Depois há as famosas notas interpretativas de uma coisa que não tem nome, não tem pessoas assinar, mas eu vou ver se descubro quem são, o SA da POCAL, uma comissão que interpreta a lei, a lei não é tão clara como isso, então interpreta. Mas mesmo aí há



interpretações de interpretação e, portanto, não vão levar a mal que nós façamos uma exposição e digo, vejam lá se é mesmo legal. -----

---- Se fizermos uma exposição perante estes factos e me disserem que é legal eu continuo a não concordar, mas tenho que dizer, sim senhor. Agora uma coisa que andou nos quarenta e um milhões de euros chega ao último dia útil passa para trinta e dois, está tudo bem? Assim não é preciso aquela alínea da lei setenta e três, é nova é de dois mil e treze, é das tais que eu vos alertei, cuidado para cumprir os setenta e cinco, que é difícil, eu vou encontrar onde digo isso, vou pesquisar. -----

---- Eu avisei que ia ser difícil, mas vocês diziam que não havia problema, agora já sei porquê, tinham um truque, um truque na manga, se isto acontecer a gente tira logo nove ou dez ou vinte milhões, o que for preciso e já cumprimos, isto faz sentido na vossa cabeça? No bom senso de um cidadão comum acham que isto faz sentido? A sério? Mesmo que isto seja legal deve ser alterado, isto deve ser modificado, isto não pode ser assim. -----

---- Isto é a nossa opinião, de uma forma clara sem insultar ninguém, sem desmerecer o trabalho de Vossas Excelências e rejeitamos todas as declarações que vêm aqui repetir fora do contexto, é preciso ler a ata porque a dada altura estamos num anacronismo brutal. E é por isso que esta estratégia trás o passado para não falar do presente também mostra como nós somos diferentes. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhoras e Senhores Deputados, com toda a clareza. -----

---- Um orçamento é um exercício de previsão por isso é que é um orçamento e tem riscos. Se não fosse o orçamento um exercício e com riscos seria um relatório. No relatório tem de bater tudo certo, num orçamento há riscos. A gente prevê e depois consegue ou não consegue fazer em função de um conjunto de circunstâncias. -----

---- E agora expliquem-me lá qual é a ilegalidade porque aqui o Senhor Deputado fala sempre na ilegalidade, então digam-me lá que ilegalidade é que eu fiz se a CCDR tinha um projeto e era previsível que o analisássemos nos três primeiros meses do ano e o analisou nos três últimos meses do ano? A Câmara Municipal fez alguma ilegalidade? Ele não estava aprovado e eu a que fiz uma ilegalidade! -----

---- A CCDRN derrapou seis meses e eu fiz uma ilegalidade e devia ser penalizado por essa ilegalidade. -----

---- O Tribunal de Contas tem em regra trinta dias para se pronunciar, esse é o prazo. O que é que o Tribunal de Contas faz muitas vezes, faz muitas, direi quase sempre, chega ao vigésimo oitavo dia e faz uma pergunta: ou diz que falta um papel, mesmo que esse papel já lá esteja e o que é que acontece? O prazo volta a zero e tem mais trinta e se naqueles trinta dias não derem o visto, se não tiverem tempo de o analisar, se tiverem muito trabalho, se o juiz for de

férias, há um conjunto de coisas, o que é que acontece? Volta a perguntar, volta a interromper o prazo e são mais trinta. -----

---- A pergunta que eu faço é, fiz alguma ilegalidade? Eu cometi alguma ilegalidade? Porquê isto do Tribunal de Contas é importante? Por aquilo que há pouco explicitiei. -----

---- Uma obra era para ter arrancado em janeiro, arranca em agosto, não é possível que o empreiteiro em metade do ano ou em meia dúzia de meses faça aquilo que era para fazer no ano todo e, portanto, como não fez nós não lhe podemos pagar, se não lhe podemos pagar isso tem que se refletir no orçamento, isso é ilegal? Cometemos alguma ilegalidade? Desculpem, é que isto são casos práticos, são casos concretos porque é disto que se fala, não se fala no abstrato, até dá a sensação que nós pegamos nos nove milhões de euros e desaparecemos com os nove milhões de euros. Não, estava previsto gastarmos os nove milhões de euros, esse dinheiro está previsto, está pensado, nalguns casos está até aprovado só que depois tem que derrapar para o ano a seguir ou tem de haver um ajustamento, como ao contrário também acontece. -----

---- Dou-lhe um exemplo: Escola Prado-Ferreiros e Escola de Enfermagem, nós temos uma expectativa muito razoável, temos quase a certeza que as obras vão poder ser feitas, estamos à espera a qualquer momento que a candidatura abra para que, a gente possa executar esse valor. Quando nos disseram nós inscrevemos esta obra no orçamento. -----

---- Agora eu não consigo dizer hoje se a obra vai ser lançada em agosto, em setembro ou em outubro, não consigo, é uma ilegalidade? O facto de ter previsto a obra e não ter a certeza porque o orçamento, volto a dizer, é um exercício de previsão, é uma ilegalidade? Ilegalidade e dolo é outra coisa, é inscrever e saber que não vou fazer, é inscrever e inventar receitas que sei que não vou cumprir, isso sim, é ilegalidade e dolo e isso você defendeu aqui muitas vezes. ----

---- Portanto, a mim indigna-me não é racionalidade, eu não estava aqui à espera que Vossas Excelências chegasse aqui e dissesse que está tudo ótimo, não. Mas que tivesse uma argumentação sólida, justa e razoável, você tenta claramente ludibriar as pessoas, desculpe este termo, ludibriar as pessoas quando diz que, desapareceram nove milhões de euros, até dá a sensação que pegamos nos nove milhões de euros e desaparecemos com eles. -----

---- Como diz, está sempre a dizer isto, eu nunca ouvi dizer o Senhor Deputado que nós reduzimos em doze milhões de euros a dívida, já tiveram receita. Já aqui provei e são dados objetivos que a nossa receita caiu quatro, virgula seis por cento em média e pagamos doze milhões de euros de dívida. -----

---- O Senhor Deputado não é capaz de dizer isso é factual, é verdade, é correto, faz sentido, não é capaz, não tem coragem de dizer isto e isso é um dado importante para os Vila-realenses, sabem porquê? Porque isso permite-nos com estes doze milhões de euros alavancar muitas obras, muitos fundos comunitários. Não há nada na Europa que seja aprovado para o Concelho de Vila Real que nos não possamos alavancar e já ouve momentos em que isso não aconteceu. Não há nada, rigorosamente nada. -----

---- E eu quero lembra um momento, olhe as piscinas municipais tiveram quatro milhões de euros aprovados e onde a que estão as piscinas? Zero, e tiveram quatro milhões de euros



aprovados. Eu neste momento garanto-lhe todas as aprovações de fundos comunitários nós temos margem de manobra para poder alavancar essas obras. -----

---- E, portanto, a mim o que me indigna é essa dualidade do discurso e quando vou buscar algumas das suas citações não faço nada de extraordinário, sabe o que é que faço? É que está tudo na internet, olhe o inventário está na internet, Senhor Deputado Patrique Alves e, portanto, basta lá ir e consultar; as atas estão na internet, basta lá ir e consultar, estão à disposição de todos os nossos cidadãos. -----

---- Respondendo agora à questão do ambiente, realmente tem razão, são fundos comunitários, são programas que têm fundos comunitários e que estão no seu início e, portanto, estão com alguma taxa significativa mas pode ter a certeza que todos aqueles programas vão ser concretizados na sua totalidade. -----

---- Portanto, fico satisfeito que tenha essa perceção e com essa preocupação com a área do ambiente, mas quero-lhe dizer que nenhum destes programas por muito expressivo que sejam e são três, se compara com um programa com a dimensão daqueles que, não estão refletido aqui nestas contas porque é um programa que, advém de uma empresa municipal da EMAR e esse documento não está aqui a ser apreciado que, resulta de um investimento em cem quilómetros de condutas na área de saneamento. -----

---- O Concelho tem à volta de trezentos quilómetros, em cerca de cem anos, nós lançamos cem, cem quilómetros e com uma diferença é que aquilo que estava feito no passado, muito do que estava feito, não é tudo obviamente, mas algum do que estava feito resulta dos loteamentos. Os loteadores eram obrigados a fazer, os privados foram obrigados a fazer e foram os Vila-realenses esse investimento quando adquiriram os seus apartamentos, as suas casas, etc. -----

---- Este investimento no mundo rural abrange muito menos pessoas mas é um investimento do Município, do grupo Município de Vila Real. -----

---- E eu nunca ouvi nesta Assembleia Municipal nenhum dos Senhores Deputados do PSD ter a coragem de chegar aqui e dizer, sim senhor, é um grande investimento, governar é escolher, escolheram fazer isso, eu defendo o ambiente, isto é uma questão estrutural, parabéns. Nunca, nunca, nunca. -----

---- É por isso que às vezes há esta discussão mais acesa, não significa obviamente que não haja respeito e não haja compreensão relativamente a todos os argumentos. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhor Deputado, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Mesmo breve só para dizer o seguinte, também na mesma lógica do Senhor Deputado Rodrigo em vez de falar exclusivamente da operação do dia vinte e oito de dezembro, falou de muitas coisas que eu não falei e não acusei de qualquer tipo de ilegalidade. -----

---- Mais uma vez colocou palavras na minha boca que eu não o fiz. -----

---- Aconselho vivamente lerem novamente a ata que sair desta reunião porque eu não fiz isso, eu não sou “tolinho”, eu posso não funcionar bem, mas ainda não estou aí, mas sabemos que, para estar aqui já não estou bem, mas a verdade é esta. -----

---- Quando o Senhor Presidente faz uma operação no último dia útil do ano, obviamente que não está a fazer nenhum orçamento previsional, está acertar contas, está a fazer um relatório preliminar e isso, julgo que, é uma das coisas que eu tenho sérias dúvidas que esteja previsto no POCAL porque assim era fácil. Chegávamos ao último dia e acertamos as contas e já está feito, para que vale a pena falar de taxas. -----

---- Eu só me admira por que é que não voltaram a ter noventa e nove por cento, é a única coisa que me admira, de resto, eu sinceramente, discuto essa operação, o resto não ouviu da minha boca qualquer tipo de interpretação. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado, Rodrigo Sá, faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Começa a ser um problema argumentar na Assembleia Municipal porque o único interlocutor é o Senhor Deputado Vasco Amorim e nós não podemos interpretar aquilo que ele diz porque interpretando aquilo que ele diz estamos a pôr palavras na sua boca, se por outro lado citamos aquilo que ele disse já estamos outra vez a incorrer a falar do passado para não falar do presente. -----


---- Já agora aqui um parêntesis, ainda há pouco o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abaças me chamava atenção e eu concordei com ele, quem fazia no passado, falando do passado e do presente, quem fazia no passado este documento são os mesmos técnicos que o fazem no presente. -----

---- As taxas de execução são diferentes, capacidade executiva é diferente e quanto às regras aí, as regras não são tão diferentes por que não verdade, Senhor Deputado, Vossa Excelência em dois mil e treze dizia que a taxa de execução tinha andado na ordem dos sessenta por cento, tinha sido uma grande coisa porque as circunstâncias eram muito difíceis, dava o exemplo da lei dos compromissos que tinham limitado. -----

---- Mas a lei dos compromissos desapareceu? Falava da nova realidade territorial, mas porquê? Alterou-se? -----

---- E, portanto, Senhor Deputado, dizer-lhe que afinal de contas o Senhor Deputado já soube responder a estas questões, mas agora prefere ignorá-las e prefere fazer de conta. -----

---- Dizia por exemplo, “nós no Município, em dois mil e treze em reunião equivalente a esta, só devemos utilizar o dinheiro quando disso vamos ter proveito, quando chega a dinheiro que vai entrar com participação de projetos do QREN, na altura do QREN, se o dinheiro do QREN não vem não vale a pena utilizar, era desperdício, como aliás foi, um milhão e tal de euros que está ali no terminal de transportes, não tem uso, está lá enterrado e está porque falta o financiamento proveniente do QREN”. -----



---- E dizia mais coisas, a propósito de dívida pública, dizia que, “a contribuição da autarquia na altura de um milhão e duzentos mil euros e que isso era uma boa contribuição e que a Câmara não podia ter feito se não tivesse as contas em dia”. -----

--- Bom, as contribuições agora são bastante superiores a essas e, portanto, tal não seria possível se as contas não fossem melhores do que as que eram na altura e que Vossa Excelência aprovava entusiasticamente. -----

---- E, por fim, porque já falamos aqui de imposto, desculpe voltar às suas palavras e são palavras que eu perei na sua boca porque são suas. Estou a citar: “eu já ouvi prometer que iam devolver o IRS aos Vila-realenses, mas têm de saber quanto é que deixam de fazer quando prometem isso, prometer é fácil, principalmente quando não está ninguém a dizer cuidado com isto, cuidado com aquilo. Depois aparece do outro lado o balanço, o problema porque se fosse só dar qualquer um dos meus filhos estava em condição de governar uma autarquia, eu próprio teria as minhas dificuldades se me atrevesse se eu tivesse conseguido semelhante apoio porque a verdade é esta, isto é muito difícil”. -----

---- E já agora, por que há pouco nos fez aqui uma referência mais pessoal, alguém com quem tinha falado, alguém até com quem nem se identificava, deixe-me dizer-lhe, na altura que as contas eram piores, na altura em que as taxas de execução eram infinitamente inferiores, dizia o Senhor Deputado: “mas queria recordar-vos isto, ainda recentemente, pessoas minhas amigas visitaram o Município e disse-lhes o que a autarquia fazia”, pois faz bastante mais do que em dois mil e treze, “qual era o meu dia-a-dia, ajuda que a autarquia me dava com prolongamentos de horários, com refeições escolares e eu pagando integralmente obviamente todos os serviços que possuo, as pessoas ficaram admiradas, sendo de grandes centros, dizem assim: tomara eu ter a quantidade de serviços que tenho a tão pouca distância”. -----

---- Senhor Vereador da Educação, penso que o apoio às escolas aumentou vinte e cinco por cento, o prolongamento de horário foi alargado, as refeições escolares estão infinitamente melhores e alargadas. Portanto, Senhor Deputado, de facto, já me disse mais do que uma vez, eu não vou ficar à espera que venha aqui elogiar a atividade deste Executivo porque Vossa Excelência já elogiou. -----

---- Em dois mil e treze quando com “poucochinho” ficava tão feliz, hoje passados estes anos tem de ficar obviamente ainda muito mais contente, ainda que suba a este palanque e diga que não. Disse. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém desejava usar da palavra. Senhor Presidente, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: É só um preciosismo mas para que todos, porque acho que nós também temos obrigação de fazer aqui alguma pedagogia. --

---- Quando se faz uma obra, a lei diz uma coisa óbvia é que pode haver prorrogação de prazo, por que choveu, por que se encontrou um imprevisto qualquer, portanto havendo prorrogação de prazo não há execução financeira porque não se pode pagar aquilo que não está feito, isso é ilegal? É disto que estamos a falar, é isto que faz com que a taxa, nestes casos concretos,

porque tudo aquilo que foi orçamentado está previsto e continua a ser feito, é isto que faz a diferença da taxa. -----

---- O que é que nós devíamos fazer, tendo conhecimento disto chegávamos ao último dia do ano e fazíamos de conta que não acontecia? Eu espera até um elogio e dizer, foi transparente, viu o que estava feito, viu o que não estava e transportou isso para as contas do Município. Isso é transparência, isso é rigor, fazer de conta, isso é que não era correto. -----

---- Eu palavra de honra que fiquei estupefacto com a sua intervenção, sobretudo tendo em conta um valor fundamental que se chama coerência. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: dado que não há mais ninguém que deseje usar da palavra, coloco este segundo ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria**, o Relatório de Gestão e Contas do Município, referentes ao exercício de 2018 e aplicação do resultado líquido.

Apuramento dos Votos:

Contra: 9 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PSD; Isabel Maria Clemente Matos, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues, Abílio de Mesquita Araújo Guedes, Fernando António Pádua Correia de Azevedo, Cristina Teixeira Peixoto, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva.

Abstenção: 4 votos: Dos Presidentes de Junta do Partido Social Democrata (3) e do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP (1); Do PSD: Presidente de Junta de Freguesia de Parada de Cunhos- Manuel Agostinho Claro Pimenta, Presidente da União de Freguesias de Pena/Quintã/Vila Cova – Maria Adília Barrias Clemente, Presidente da União de Freguesias de Nogueira e Ermida – Manuel João Musqueira Pombal; **Do CDS-PP:** Patrique José Luís Alves.

A favor: 32 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS.

Apresentou Declaração de Voto o Representante da Bancada do Partido Social Democrata.

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)**, *“O Partido Social Democrata elogia os técnicos municipais responsáveis pela elaboração das operações municipais, mas vota contra a aprovação deste ponto 2 da Ordem de Trabalhos, pelas seguintes razões que passa a enunciar:*
*1- Este relatório apresenta uma taxa de execução da receita de 89,1% que resulta de uma operação do Sr. Presidente da CMVR que **ordenou a realização da sétima modificação orçamental, no último dia útil de 2018**, retirando, nada mais nada menos, que 9 000 000€ às receitas previstas até esse dia, diminuindo 21,79% o orçamento. **Sem este artifício a taxa de execução da receita real seria de 69,69%**. Como nota, o chamado POCAL, ou seja, o DL 54-A/99 de 22 de Fevereiro não prevê alterações orçamentais que diminuam o valor global da receita.*
2- Este relatório apresenta uma taxa de execução da despesa de 87,70% que resulta de uma operação do Sr. Presidente da CMVR que ordenou a realização na sétima modificação



orçamental já referida, **no último dia útil de 2018**, retirando 9 000 000€ às despesas previstas até esse dia. **Sem este artifício a taxa de execução da despesa real seria de 67,80%.**

3- Um orçamento elaborado **no último dia útil de 2018**, não é certamente um documento previsional, mas mais parece um relatório de execução preliminar.

4- Refletindo sobre os pontos anteriores, concluímos que **esta operação, tal como foi explicada, nunca antes foi realizada no Município de Vila Real.**

5- Dos pontos anteriores constata-se que a motivação principal apenas parece servir o Sr. Presidente da CMVR para evitar as consequências de não cumprir com o n.º 3 do art.º 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que determina que a Taxa de Execução da Receita não seja inferior a 85% em 2 anos consecutivos. A sua violação é evidente, (ver pag. 81 do Rel e Contas) pois em 2017 também não cumpriu o mínimo de 85%, registando o valor de 81,3%.

6- Para além do Sr. Presidente da CMVR enviar as modificações orçamentais muitos dias depois da sua assinatura às reuniões de Câmara, o número de modificações e o valor acumulado das alterações ultrapassa os 17 200 000€, representando mais de 44% do orçamento inicial, **tornando este uma miragem em comparação com o orçamento designado de final.**

7- O desaparecimento de 9M€ do orçamento também procura ocultar uma fraca execução ao nível da despesa de investimento conforme se pode verificar nomeadamente nas transferências de capital que de um valor inicial de 8 737 940€ apenas se executou 1 633 331€. Estes dados mostram, quer uma falta de capacidade de execução orçamental, apesar da existência de recursos e disponibilidade financeira, quer uma falha de planeamento e de cumprimento rigoroso do calendário dos projetos de investimento.

Finalizando, concluímos que este relatório não mostra a realidade da gestão autárquica na CMVR; ilude qualquer académico que estude orçamentos municipais apenas olhando para taxas de execução; promove uma interpretação errada das estatísticas dos serviços de contas do Estado; não dá uma imagem real da execução financeira aos cidadãos e contribuintes, e assim, por todas estas razões, não podemos aprovar este relatório que é arbitrário nos cortes, artificial nos resultados, e ficcional na execução”.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

TERCEIRO PONTO

Aprovar a 1ª Revisão do Orçamento de 2019 e das GOP's (Grandes Opções do Plano) para o período 2019-2022, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro (deliberação da Câmara Municipal de 15 de abril de 2019).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «**DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 15/04/2019, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Grandes Opções do Plano (2019-2022) e Orçamento de 2019 - 1ª Revisão Orçamental**-----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

1. Considerando a necessidade de inscrição no orçamento em vigor do saldo da gerência de 2018, no valor de € 777 710,53 e que a mesma deverá ser feita em sede de revisão orçamental, nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro;
2. Considerando a necessidade de se inscrever no orçamento da receita a classificação económica “06.05.01.04 – Transferências Correntes - Administração Local – Continente – Associações de Municípios”, por não se encontrar prevista no Orçamento em vigor, para arrecadação da receita proveniente da Comunidade Intermunicipal do Douro, no âmbito do PART – Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos, uma vez que, nos termos a alínea a) dos pontos 2.3.4.2 e 8.3.1 do POCAL, as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada;
3. Considerando que a CM na sua reunião de 25/03/2019, deliberou sobre a redução tarifária ao nível dos transportes em Vila Real, cujo apoio total é de € 140.000 entre Transportes Escolares e Transportes Urbanos, e as despesas inerentes a esta comparticipação estão inscritas nos projetos do PAM nºs 168/2018 e 50/2018, com dotações que é necessário agora reforçar, no valor correspondente ao financiamento a receber, nos termos do ponto 8.3.1. do POCAL;
4. Considerando a necessidade de se proceder ao reforço da dotação de alguns projetos do PAM e PPI tendo como contrapartida o saldo da gerência de 2018;
5. Considerando a necessidade de se incluir no PPI, para 2019-2022, um novo projeto com o nº 12/2019 – “Reparação do Campo do Calvário”, com a dotação de € 298.000 por forma a permitir a realização de obras de reparação dos estragos causados nas referidas instalações desportivas pela queda de uma grua, tendo como contrapartida a receita a arrecadar a título de indemnização, a obter do responsável pelos danos causados, através de ação judicial, conforme deliberação da CM de 11/03/2019;
6. Considerando que com a Revisão Orçamental está garantido o Equilíbrio Orçamental previsto no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2019 e das Grandes Opções 2019-2022, constantes nos mapas anexos, através de:

- a) Incorporação do Saldo da Gerência de 2018, no valor de € 777.710,53;



- b) *Inscrição orçamental da classificação económica no Orçamento da Receita “06.05.01.04 – Transferências Correntes - Administração Local – Continente – Associações de Municípios”, com o valor de € 140.000,00;*
- c) *Reforço da dotação da classificação económica do Orçamento da Receita “13.01.01 – Outras Receitas de Capital – Outras – Indemnizações” de € 298.000,00, referente à receita a arrecadar a título de indemnização, não prevista aquando da elaboração do orçamento.*
- d) *Inclusão de novo projeto no PPI “Reparação do Campo do Calvário”;*
- e) *Reforço da dotação das classificações económicas da despesa de diversos projetos do PAM e do PPI, tendo como contrapartida o aumento da receita atrás referida*
passando o Orçamento de 2019 de € 45 000 000,00 para € 46.215.710,53 correspondendo a um aumento de € 1.215.710,53, ou seja, mais 2,7%, conforme mapas que se anexam”.--

*-----DELIBERAÇÃO: Aprovar, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de 1ª Revisão do Orçamento de 2019 e das Grandes Opções do Plano para o período 2019-2022, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ---
----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----*

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de abril de 2019»-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:
Senhor Presidente, não está. Senhora Vice-Presidente deseja usar da palavra? -----

----- A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradeceu e disse: A documentação é esclarecedora, qualquer das formas estaremos aqui para qualquer dúvida que surja. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este terceiro ponto. Senhor Deputado, faça o favor. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP) agradeceu e disse: Da leitura que nós fazemos da documentação que nos foi entregue pelo Executivo Municipal, verificamos que, nesta primeira revisão se pretende alocar verbas para um programa que se chama PART – Programa de apoio à redução de tarifário dos Transportes Públicos. -----

---- Senhor Presidente, face ao programa de apoio à redução de tarifário dos Transportes Públicos – PART, implementada pelo Governo e, que, uma vez mais, no nosso entender, diferencia entre os grandes núcleos urbanos do litoral e o interior, qual o habitual prejuízo para os residentes nestes territórios. -----

---- Sabendo que Vossa Excelência decidiu, pelo que interpretamos, pelo desconto nos passes da Urbanos Vila Real e pela redução dos passes para estudantes, questionamos Vossa Excelência. -----

-----Como tenciona o Senhor e o seu Governo corrigir tal discriminação entre pessoas do interior e do litoral? No nosso caso entre pessoas da cidade e das pessoas que moram nas localidades mais rurais e afastadas da cidade?

---- Com este expediente, dificilmente, conseguiremos reduzir o declínio populacional dos meios rurais, recordamos o Senhor Presidente que os combustíveis subiram hoje, mais uma vez, recordamos ainda que nem toda a gente pode usar transportes públicos, no nosso território para fugir ao obscuro preço dos combustíveis. -----

--- Parte classifica os nossos cidadãos como cidadãos de segunda e o Senhor Presidente parece só ter pensado na malha urbana. -----

---- Gostaríamos assim, o que pensa Vossa Excelência fazer para resolver mais esta discriminação entre portugueses de primeira e portugueses de segunda e entre Vila-realenses de primeira e Vila-realenses de segunda? Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém desejaria usar da palavra. Senhor Presidente, faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Muito rapidamente, relativamente aos Vila-realenses são todos de primeira, de primeiríssima. -----

---- E eu bem me lembro das medidas discriminatórias que o CDS-PP adotou quando esteve no último Governo relativamente ao interior. E lembro-lhe também se existem portagens neste país e no interior a responsabilidade é sua que sempre o princípio de pagador-utilizador. -----

---- Sobre os Vila-realenses em concreto, aquilo que nós fizemos foi uma coisa muito simples, foi em função da verba e do local onde havia transportes públicos urbanos seguimos um critério, os estudantes são todos independentemente de viverem no mundo rural ou no mundo urbano e transportes públicos urbanos só tínhamos um histórico da cidade porque infelizmente os transportes públicos urbanos não podem chegar a todo o território. -----

---- Aquilo que estamos a fazer é preparar um concurso, será anunciado brevemente em que, incluiremos os atuais transportes que atravessam algumas das nossas Freguesias rurais, interurbanos e depois temos um histórico, aplicaremos ou usaremos esta verba abrangente também essas populações. -----

---- Como sabe até agora, nós não eramos autoridade de transportes, não tínhamos essa possibilidade e não temos histórico nem forma de usar esta verba para esses transportes interurbanos que atravessam uma parte significativa das nossas vias rurais. -----

---- Sobre a questão a nível nacional, sempre fui muito claro, dei entrevistas inclusive a várias televisões e falei onde pude falar dizendo que, atendendo e compreendendo bem as especificidades da área metropolitana de Lisboa e Porto e entendo-as, acho que, o valor *per capita* por utilizador de transporte público em Lisboa que são cento e trinta e sete euros, no Porto que são oitenta e sete e na Comunidade Intermunicipal do Douro à volta de quarenta euros, que é uma injustiça, que não deveria ser assim e que o valor *per capita* devia ser igual em todo o país. -----



---- Ou então criar medidas de discriminação positiva ligadas, por exemplo, às autoestradas ou a outra área qualquer para que fossem aplicadas no interior. -----

---- E se há alguém que o tem feito de forma sistemática tenho sido eu e tenho muito orgulho de o fazer, mesmo quando, tenho de afrontar o meu partido porque eu fui eleito pelos Vila-realenses e para mim, em primeiro lugar, estarão sempre, sempre os Vila-realenses. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado, faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Queria agradecer ao Senhor Presidente de Câmara por me recordar que apoiei o anterior Governo. -----

---- Fi-lo com muito gosto e fi-lo com muito gosto sobretudo porque graças à engenharia financeira do Partido Socialista conduziram-nos à terceira “banca rota”. Alguém teve que corrigir a engenharia financeira que foi feita pelo anterior Governo. -----

---- Mas sobre a história, sobre o que nos trouxe até aqui e sobre a forma como fomos governados ao longo destes anos, apenas uma questão das pessoas lerem um pouco da história e perceberem que, sobre falências e sobre saque fiscal, há o partido que, efetivamente, pode dar aulas, chama-se Partido Socialista. -----

---- Relativamente à questão dos transportes, eu gosta só que o Senhor Presidente me dissesse ou nos dissesse, percebendo que tem por objetivo estender a medida a todo o território, perceber quando é que, essa extensão da medida se vai tornar uma realidade. Muito obrigado.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado, faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ ABRAÃO (PS)** agradeceu e disse: Eu só pedi a palavra porque há coisas que a mim pessoalmente custa ouvir, por mais orgulho que as pessoas tenham em ser apoiantes deste ou de outro Governo. -----

---- Mas é preciso lembrar, Senhor Deputado Patrique, que aquilo que nos aconteceu entre dois mil e onze e dois mil e quinze foi de tal maneira penalizador de todos nós enquanto transmontanos, enquanto Vila-realenses, enquanto cidadãos, que não basta dizer que houve um conjunto de medidas que foram tomadas por consequências dos erros anteriores de outros Governos. -----

---- É preciso lembrar que houve um conjunto de medidas muito significativas do seu Governo e do Governo do PSD que foram muito para além da troika, com recursos civilizacionais incompreensíveis, inaceitáveis por todos nós e estou convencido que por si também quando, efetivamente, sem qualquer justificação, se aumenta o horário de trabalho de trinta e cinco para as quarenta horas e, esta Câmara Municipal como tantas outras, ao arrepio dessas medidas, foram-nas mantendo porque se tratava de medidas que, consideravam que, eram importantes que se traduziam a recursos civilizacionais e que foram efetivamente resolvidos. -

--- E devo lembrar um conjunto de medidas tão significativas que foram tomadas para além da troika que só ajudaram e contribuíram para destruir muito daquilo que ainda hoje é o nosso serviço público, o nosso SNS, a nossa proteção social, a nossa educação por que foi-se para além daquilo que era absolutamente necessário e para o que era preciso fazer. -----

--- Nós temos que valorizar termos contas públicas saudáveis, como este Governo está a fazer, custando-nos, apesar de tudo, a todos nós, mas que é preciso ter em consideração que não podemos desvalorizar tudo aquilo que foi feito até agora. E, o que foi feito até agora foi muito, repondo alguns direitos, repondo algum rendimento à generalidade das pessoas. -----

--- E, se assim não tivesse acontecido, seguramente teríamos hoje todos piores porque ir para além da troika e foi para além da troika muito daquilo que o Governo anterior fez, que era absolutamente desnecessário e que, ainda hoje, estamos a pagar essa fatura e vamos continuar a pagar porque não se consegue resolver um conjunto de problemas tão vastos dos últimos seis ou sete anos ou dez anos de governação. -----

--- É importante que não desvalorizemos também o que tem vindo a ser feito. O bom senso, a razoabilidade é demasiado importante para que todos a possamos manter. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém desejaria usar da palavra. Senhor Presidente, faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado José Joaquim Abraão, já respondeu a uma parte daquilo que eu teria todo o gosto em responder ao Senhor Deputado Patrique Alves. -----

--- Sobre as questões em concreto, primeiro, não lhe sei dizer, sabe por que eu não lhe sei dizer? Porque há um conjunto de processos que estão a decorrer em termos negociais, depois é necessário lançar o concurso, depois é preciso o visto do Tribunal de Contas e depois a consignação. -----

--- Portanto, como eu não prometo nada que não possa cumprir e não tenha a certeza qual a data que isto possa funcionar, não vou aqui assumir prazos porque não sei. -----

--- O que lhe digo é que estamos a trabalhar o mais depressa possível para tentar lançar este concurso público. -----

--- Sobre o resto, quando a Senhora Doutora Assunção Cristas for Primeira-Ministra tenho a certeza absoluta que a diferença entre o interior e o litoral será imediatamente debatido. Muito obrigado. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria**, a 1ª Revisão do Orçamento de 2019 e das GOP's (Grandes Opções do Plano) para o período 2019-2022.

Apuramento dos Votos:

Contra: 0 votos

Abstenção: 12 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PSD e CDS-PP; Do PSD (11):

Isabel Maria Clemente Matos, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Fátima Manuela dos Santos Duro



Rodrigues, Fernando António Pádua Correia de Azevedo, Cristina Teixeira Peixoto, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, Presidente de Junta de Freguesia de Parada de Cunhos- Manuel Agostinho Claro Pimenta, Presidente da União de Freguesias de Pena/Quintã/Vila Cova – Maria Adília Barrias Clemente, Presidente da União de Freguesias de Nogueira e Ermida – Manuel João Musqueira Pombal. **Do CDS-PP (1): Patrique José Luís Alves.**

A favor: 33 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

QUARTO PONTO

Aprovar a proposta de contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, no valor até € 1 350 000 junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, para financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do, Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 8 de abril de 2019).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 11/03/2019, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO:** - **Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário Não Excecionado - destinado ao financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal** -----

– Presente à reunião o Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário Excecionado, destinado ao financiamento destinado ao financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal.

“1. O estudo diz respeito á análise das propostas de concurso limitado para a contratação de um empréstimo bancário de longo prazo, aberto por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 18-02-2019, destinado ao financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal;

2. A tipificação do empréstimo é a seguinte:

- Montante - € 1.350.000,00;
- Prazo Global - 20 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas;
- Período de Carência – 2 anos após a data do Visto do Tribunal de Contas;
- Taxa de Juro Indexante – Euribor a 6 meses;
- Reembolso em prestações - Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;

3. Para o efeito, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, Banco Santander Totta, Banco BPI, Millennium BCP, não tendo esta última entidade apresentado proposta;

4. O ato público do concurso realizou-se no dia 8-03-2019, tendo sido admitidas as três propostas apresentadas referidas no ponto anterior.

5. A análise das propostas, foi efetuada tendo em consideração as taxas de juro e demais condições apresentadas.

Como nas demais condições e respetivos custos do empréstimo as propostas não diferenciavam em critérios relevantes para o total dos encargos do empréstimo, ou seja, não há lugar à cobrança de quaisquer comissões pela montagem da operação.

Sobre a taxa de juro, houve necessidade de se elaborar uma simulação das propostas apresentadas, que se anexam ao presente relatório, tendo como pressupostos base a taxa de juro indexante – Euribor a 6 meses na base 360 dias – de -0,200% e a utilização imediata e integral do capital.

Banco	SPREAD	Custo do Empréstimo
CCAMTMAD 1º ao 20º ano	0,86%	101.821,05
BPI 1º ao 20º ano	0,86%	101.821,05
SANTANDER TOTA 1º ao 20º ano	1,69%	234.340,22

6. Conforme se pode verificar no mapa resumo a classificação das propostas é a seguinte:

1º Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás- os-Montes e Alto Douro

1º Banco BPI

3º Santander Totta

7. Face ao exposto, verifica-se que as propostas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Banco BPI, são em tudo idênticas, não existindo nenhum critério de desempate, somos da opinião deverá ser cancelado este procedimento de contratação de empréstimo e iniciado um novo procedimento com novos critérios que facilitem a diferenciação das propostas”.

-----**DELIBERAÇÃO:** 1- Concordar com a proposta contida no relatório do júri do concurso.
2 - Proceder à abertura de novo procedimento, pedindo-se que a taxa “Spread” seja apresentada até à milésima, e as propostas até ao dia 21/03/2019.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de abril de 2019»-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, disse:
Senhor Presidente deseja usar da palavra? Faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: A questão é simples, nós temos bem consciência de que existe um conjunto de rede viária que é necessário reabilitar sobretudo no mundo rural. -----

---- E nós também temos consciência clara que todas as outras atividades que estavam previstas e pensadas não deveriam deixar de ser feitas com o orçamento municipal. -----

---- E, portanto, solicitamos, dado a nossa capacidade de endividamento e dado o facto de já termos pago doze milhões de euros que herdamos, julgamos que era útil fazer este empréstimo, não deixando de fazer tudo aquilo que tínhamos previsto, fazer este empréstimo para reabilitar um conjunto de infraestruturas viárias que necessitam de ser reabilitadas com urgência. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever. Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Decidimos intervir neste ponto porque nunca nos furtamos a dizer o que pensamos nesta Assembleia, independentemente da sensação ou da sensibilidade dos presentes. -----

---- Começando por dizer ao Senhor Presidente que votaremos contra e votaremos contra porquê? Porque com o Partido Socialista e, permitam-me que use esta expressão, não podemos ter “sol na eira e chuva no nabal”, porquê? E por muito que o Senhor Deputado Rodrigo Sá depois à terça-feira no programa “pontos nos jotas”, me chame mentiroso, mas a elegância das

palavras fica com quem as diz e não com quem as ouve. Nós fizemos um alerta em pedidos semelhantes a este e se isso faz de mim em concreto um mentiroso..... -----

---- O Partido Socialista ou esta Câmara terá uma capacidade de endividamento neste momento e, se as minhas contas não falham e poderão obviamente falhar e vocês com facilidade me corrigirão, estará a sua capacidade de financiamento, neste momento, na ordem dos cinquenta por cento, entre aqui que se pode endividar e a dívida que tem. -----

---- E eu entendi relativamente a esta questão ler algo que diz aqui no ponto anterior, na página cinquenta e três, *“A disponibilidade de utilização destes empréstimos transita para dois mil e dezanove, podendo o Município recorrer a este crédito, quando se verificar a necessidade de financiamento dos respetos projetos. Deste modo, esta receita perdeu, nos últimos anos, a importância que já teve no financiamento do investimento municipal, devido ao aumento de outras rubricas da receita, nomeadamente dos impostos”*. -----

---- Obviamente as interpretações ficam com quem as toma, a nossa e a minha interpretação é que, efetivamente, há um aumento da receita, segundo diz aqui, proveniente de impostos, há pouco ouvimos o Senhor Presidente dizer que não era possível baixar impostos e se não é possível baixar impostos e é necessário pedir empréstimos para realização de obra, obviamente, nós não podemos caminhar num caminho no qual não nos revemos. -----

---- Não nos furtando ao debate, vir aqui dizer à sala que obviamente votaremos contra, não Senhor Presidente que sejamos contra a repavimentação ou requalificação que o Senhor de propõe fazer, embora, desconheçamos neste dia e nesta hora em que é que consta o plano de reabilitação e conservação de arruamento e de rede viária municipal, quais as artérias envolvidas, quais as Freguesias afetadas. Muito obrigado. -----

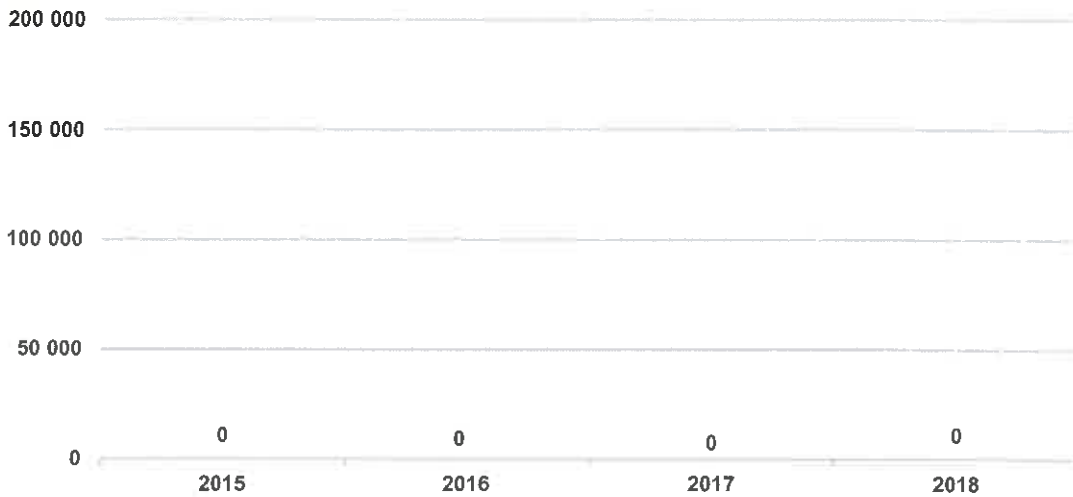
----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)**, No uso da palavra, disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de vez enquanto cita-se aqui o programa de radio do qual eu faço parte e em que eu teria chamado mentiroso ao Senhor Deputado. -----

---- Não chamei, aquilo que eu disse foi que, aquilo que o Senhor tinha dito era mentira e se o Senhor se sentiu que eu estava a acusá-lo de mentiroso teve uma belíssima oportunidade porque a radio universidade entrou em contacto consigo para demonstrar que eu estava enganado. -----

---- Senhor Deputado se tivesse passado a página cinquenta e três, na cinquenta e quatro, encontrava este gráfico, não, não é que é mesmo este, é que é mesmo este, é aquele que diz que até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, o Município se tinha endividado em zero, tinha utilizado zero de empréstimos. Zero de empréstimos e no ano anterior também e no ano anterior também e já agora no ano anterior também tinha zero de empréstimos. Ainda lhe digo mais, o que não aparece aqui também foi assim. -----

Utilização de Empréstimos Bancários

2015 – 2018



Uma vez que a Autarquia não recorreu em 2018 ao financiamento bancário, e amortizou € 1.523.281,45 de empréstimos contraídos

anteriormente, levou a que 2018 tenha sido mais um ano de redução da dívida bancária da autarquia

---- E, portanto, quando Vossa Excelência na Assembleia Municipal de fevereiro veio afirmar qualquer coisa do género e estou a citar de cabeça, gosto mais quando cito com os papéis, para ser exato para não porem palavras na boca, mas citando a sua ideia dizia o Senhor, “o Partido Socialista não faz obra que não traga um empréstimo a traz”. E, eu vou-lhe mostrar outra vez a página cinquenta e quatro, realmente está um bocadinho despida, até parece que me enganei, mas é mesmo esta. -----

---- Portanto, aquilo que Vossa Excelência afirmou não era verdade, era mentira. -----

---- Fiz-lhe mais, no tal programa de rádio, levei-lhe a informação do Senhor Presidente que tem a evolução dos empréstimos de médio e longo prazo de fevereiro que, demonstravam que continuavam a descer, ou seja, até fevereiro, os tais empréstimos que, também constam aqui deste documento que estão aprovados mas não utilizados não tinham sido utilizados ainda. ---

---- E, portanto, Senhor Deputado aquilo que Vossa Excelências afirmou, disse-o no programa de rádio e digo aqui era mentira. E temos aqui uma boa oportunidade, perante esta plateia para demonstrar que eu estou enganado. Disse. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Deputado Rodrigo Sá, a página cinquenta e quatro que o Senhor viu eu também a vi, obviamente, porque tive oportunidade de ler o documento todo. -----

---- O Partido Socialista propõe a esta Assembleia se faça a contração de empréstimos sem ter intuito de os utilizar, é isso? É isso que eu posso depreender das suas palavras porque o alerta que nós fizemos na Assembleia Municipal anterior e quer o Senhor Deputado goste quer não goste, é um alerta que fizemos e mantemos. -----

---- E acho que fazer alertas não deve ser sintomático das expressões que o Senhor utilizou, mas volto a dizer, a expressão é sua. E volto-lhe a dizer, os empréstimos ainda não foram utilizados, mas vão ser? Ou já estão a ser? -----

---- Ó Senhor Deputado Rodrigo Sá, este gráfico que está aqui é um gráfico do ano passado, é do relatório e contas do ano passado mas a Câmara e o seu Executivo, o Executivo que o Senhor apoia, melhor dizendo, contraiu empréstimos e nós fizemos um alerta e se eu bem me lembro daquilo que disse, referindo-me às minhas palavras, eu terei dito algo do género, mais parece que e, portanto, se nós não podemos fazer alertas, olhe tenho muita pena, Senhor Deputado. -

---- Mas uma coisa é certa, Senhor Deputado, este gráfico que o Senhor refere aqui na página cinquenta e quatro, hoje, conforme o Senhor disse há pouco, já não é bem assim, portanto nós fizemos um alerta e mantemo-lo e digo-lhe aqui “cara a cara”, com todo o respeito que me merece o Senhor e todos os outros que aqui estão. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)**, No uso da palavra, disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, lamento muito que o Senhor Deputado Patrique não tenha feito aquilo que eu lhe pedi, gostaria que o tivesse feito, de facto era impossível. -----

---- Era impossível desmentir aquilo que eu disse. Aquele gráfico como disse e bem refere-se ao documento que aprovamos há pouco no ponto dois que era o relatório de gestão e contas a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito. Mas em todas as Assembleias Municipais há um documento que se chama Informação do Senhor Presidente, cujo primeiro anexo é a situação financeira desde o dia um de janeiro até ao último dia do mês antes da Assembleia Municipal.

---- E, portanto, a evolução da utilização de empréstimos, Senhor Deputado, está aqui, com a mesma transparência com que são feitos todos os documentos por este Executivo Municipal. E se Vossa Excelência se desse ao trabalho de ler, saberia. Da mesma forma, na última Assembleia Municipal, em fevereiro, o mesmo documento demonstrava aquilo que eu disse e que mantenho. E volto a dizer, o Senhor Deputado felizmente, significaria que eu me tinha enganado não foi capaz de desmentir aquilo que eu disse. -----

---- Não, este Executivo Municipal quando fez os três campos de relva sintética, não recorreu nem utilizou empréstimos bancários, nem quando fez o Régia Douro Park, nem quando concluiu o Centro Escolar do Douro, nem quando fez a Avenida da Europa, nem quando fez etc., etc. ---

---- Aquilo que o Senhor afirmou, está escrito, é que, o Executivo Socialista não faz obra sem recorrer a empréstimo, demonstre-me que tem razão, Senhor Deputado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém deseja usar da palavra. Não. Concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Muito rapidamente, eu ainda não consegui foi perceber uma coisa, são contra este empréstimo, significa que são contra esta obra porque não dizem onde vão cortar, onde é que vamos buscar este dinheiro para fazer esta obra, isso não dizem. -----



---- Vamos fazer tudo igual, mas somos contra este empréstimo que é para fazer a reabilitação da malha viária no Concelho de Vila Real, são contra e factos são factos. Ao votarem contra este empréstimo e não dizendo onde é que era possível cortar verbas para fazer, exatamente esta obra, são contra esta obra. -----

---- Quero dizer e repetir nesta Assembleia Municipal aquilo que disse em dois mil e treze, dois mil e catorze e em dois mil e quinze, nós não sairemos da Câmara Municipal com mais um euro de dívida do que, aquela que herdamos, mas pode ter a certeza absoluta que, usaremos tudo aquilo que for necessário e recorreremos aos empréstimos que forem necessários para melhorar a vida dos Vila-realenses, isso pode ter a certeza absoluta e garanto-lhe que neste momento temos menos dívida do que aquela que herdamos, mesmo contratando todos estes empréstimos ou este empréstimo em concreto. -----

---- E, portanto, reforço aquilo que disse e digo a esta Assembleia, traremos mais pedidos de empréstimos para fazer obras fundamentais no concelho e para mantermos todas as atividades do concelho. -----

---- Ou os Senhores Deputados nos dizem aqui de forma clara o que é que deixavam de fazer ou então são de facto contra esta obra porque não querem que estas obras sejam feitas, isso é a minha interpretação, estou errado? Talvez, a minha interpretação é esta e afirmarei a isto em todos os sítios onde for, porque factos são factos, não dizem onde cortam e não querem que esta obra seja feita. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém desejaria usar da palavra. Dado que ninguém mais deseja usar da palavra sobre este ponto, coloco à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria**, a proposta de contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, no valor até € 1 350 000 junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, para financiamento do Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e da Rede Viária Municipal.

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, Patrique José Luís Alves.

Abstenção: 8 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PSD; Isabel Maria Clemente Matos, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Abílio de Mesquita Araújo Guedes Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues, Fernando António Pádua Correia de Azevedo, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva.

A favor: 36 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PS e PSD. Do PSD (4): Presidente de Junta de Freguesia de Parada de Cunhos- Manuel Agostinho Claro Pimenta, Presidente da União de Freguesias de Pena/Quintã/Vila Cova – Maria Adília Barrias Clemente, Presidente da União de Freguesias de Nogueira e Ermida – Manuel João Musqueira Pombal e a Deputada Municipal, Cristina Teixeira Peixoto. **Do PS: 32.**

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

QUINTO PONTO

Aprovar a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para o recrutamento de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau – Chefe dos Serviços de Informática e Modernização Administrativa, de 4.º grau Coordenador dos Serviços de Gestão do Pavilhão dos Desportos e Coordenador dos Serviços de Gestão das Piscinas Municipais, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, (deliberação da Câmara Municipal de 15 de abril de 2019).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 15/04/2019, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Designação do Júri de Recrutamento de Cargos de Direção Intermédia** -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“Considerando que a Assembleia Municipal aprovou, na sua sessão de 27 de março de 2019, a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2019, que prevê a possibilidade de abertura de procedimentos para ocupação de lugares de dirigentes de unidades orgânicas flexíveis do Município, lideradas por titulares de cargo de direção intermédia de 3.º e 4º Grau, estando assegurada a dotação orçamental em 2019 para a despesa resultante do provimento destes cargos.

Considerando a existência da necessidade de chefia e liderança dos serviços criados pela referida alteração e cujo recrutamento se prevê circunscrito a trabalhadores do Município, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, das carreiras Técnico Superior e Especialista de Informática;

Considerando que, nos termos do artigo 13º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o Júri do procedimento para recrutamento dos cargos dirigentes, é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo o presidente e os vogais designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.

Proponho que o Executivo Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguinte composição do Júri



para recrutamento e seleção dos Cargos de Direção Intermédia das Unidades Orgânicas Flexíveis: Chefe dos Serviços de Informática e Modernização Administrativa, cargo de direção intermédia de 3.º grau, Coordenador dos Serviços de Gestão do Pavilhão dos Desportos, cargo de direção intermédia de 4.º grau, Coordenador dos Serviços de Gestão das Piscinas Municipais, cargo de direção intermédia de 4.º grau.

Presidente: Eduardo Luís Varela Rodrigues – Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Vila Real.

Vogais Efetivos: Helena Azevedo Fernandes Teles – Diretora de Serviços da CCDRN de Vila Real e Filipe José Martins Machado – Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial do Município de Vila Real.

Vogais Suplentes: Ana Patrícia Pinheiro Rodrigues – Chefe dos Serviços de Gestão Administrativa e Recursos Humanos do Município de Vila Real e Teresa Raquel Carvalho de Queirós - Chefe dos Serviços Jurídicos e de Fiscalização do Município de Vila Real”.

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a composição do Júri para recrutamento e seleção dos Cargos de Direção Intermédia: de 3.º grau - Chefe dos Serviços de Informática e Modernização Administrativa, de 4.º grau - Coordenador dos Serviços de Gestão do Pavilhão dos Desportos e Coordenador dos Serviços de Gestão das Piscinas Municipais, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de abril de 2019»-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? Faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Decorre da lei, julgo que a certidão da Câmara Municipal está explícita, qualquer questão tentaremos responder. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever. Já que não existem pretensão para intervir, coloco este quinto ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada por unanimidade, a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para o recrutamento de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau –

Chefe dos Serviços de Informática e Modernização Administrativa, de 4.º grau Coordenador dos Serviços de Gestão do Pavilhão dos Desportos e Coordenador dos Serviços de Gestão das Piscinas Municipais.

APÓS A ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse. Dado que chegamos ao término da nossa Ordem do Dia, passemos ao período de Após a Ordem do Dia com uma inscrição de uma Munícipe. -----

---- Foi presente à Mesa da Assembleia Municipal um requerimento para usar de palavra a Cidadã Maria Emília Pereira Simões de Abreu, que nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, usou da palavra para um pedido de esclarecimento sobre o arquivamento da proposta de classificação do edifício da panificadora, sito na Rua Eng. Joaquim Botelho de Lucena em Vila Real. -----

----- **A MUNÍCIPE MARIA EMÍLIA PEREIRA SIMÕES DE ABREU**, No uso da palavra, disse: Boa noite. Sou arqueóloga, o que eu faço é tentar construir a história, aquilo que está há minha volta através da cultura material. -----

---- E posso dar-vos um exemplo disso, quando entrei, por exemplo, hoje aqui nesta sala notei que a Câmara Municipal de Vila Real, pelos vistos, ainda não respeita a resolução do Conselho de Ministros de o não uso de garrafas de plástico. São pequenas coisas como estas e eu, provavelmente, tenho uma visão do mundo muito diferente da vossa. -----

----- Mas, na verdade, o que me traz aqui hoje está relacionado com qualquer coisa que tem a ver com papéis. Eu não sou uma especialista de papéis, não consigo entrar nesse mundo, nessa floresta de maneira tão simples como vocês, mas não deixo de olhar para eles e tentar compreendê-los. -----

---- E o que me traz aqui hoje é a PANREAL, a panificadora que foi contruída pelo engenho, pela imaginação de Nadir Afonso e que corre neste momento o perigo de ser demolida, de se transformar num simples parque de estacionamento. -----

---- A história da luta para salvar a Panreal começa há muito tempo, as pessoas pensam que nós só falamos disso agora, não, é um processo que foi longo, um processo cívico, um processo de participação de muitas pessoas e um processo que seguiu todos os trâmites legais. Portanto, foi realmente pedido em dois mil e seis que fosse classificada como monumento nacional. Esse processo, que demorou, esteve estacionado dois anos no Porto, nunca foi muito transparente, nós nunca conseguimos saber quem é que deu o parecer negativo. Foi surpreendente para nós na altura porque atrás de nós tinham nomes de grande arquitetura portuguesa, que muito nos orgulha, como Siza Vieira, Soutto Moura, todos afirmar como era importante aquela obra que nós tínhamos a grande fortuna de ter aqui em Vila Real. De facto, esse processo foi arquivado e deixou-nos um pouco estupefactos e imediatamente pensámos que se deveria tratar de um mal-entendido, até porque toda a evidência demonstrava que, na verdade, não havia razão para isso. -----



---- Sabemos hoje que a verdade é que, muitas vezes, a imagem que foi transmitida da Panreal, da Panificadora não foi a mais positiva, foi uma imagem de degradação, que era usada pelos drogados, tudo isso não contribuiu talvez para que Lisboa, que está muito longe de nós, é verdade, não tenha visto, talvez, com os mesmos olhos o que vemos nós, o valor que existe ali na Panificadora, no edifício da Panificadora. -----

---- Então foi por isso, perante a petição que nós tínhamos feito, que tem neste momento mais de mil e seiscentas assinaturas, perante esse arquivamento, achamos que a solução deveria ser dirigida àqueles que pensam que nos representam mais proximamente, ou seja, a Câmara Municipal de Vila Real. -----

---- E foi por isso que entramos com um processo de classificação de imóvel de interesse municipal. -----

---- Nós não precisamos de Lisboa para nos dizer o que é importante aqui, peço desculpa, Senhor Presidente, temos diversos monumentos aqui na nossa terra que são classificados como imóveis de interesse municipal que não são imóveis de interesse nacional, não os faz menos importantes. -----

---- E, portanto, ao fazer isso estávamos conscientes que pedíamos qualquer coisa, que não era impossível, não tem de haver dinheiro, ninguém tem de pagar nada, basta, simplesmente reconhecer a sua importância, de modo tal, o proprietário, quem a compre, quem a possa transformar respeite como aconteceu noutros sítios da nossa cidade, por exemplo, o Hotel Tocaio, que mantenha a sua traça, o que pode ser lá feito tanto nos importa. -----

---- Há ideias tão bonitas, foi dito já aqui que foi feito um concurso, exatamente para isso, de mercado, de produtos regionais, o museu do automóvel, a discoteca como dizem alguns dos meus alunos, francamente tanto me faz. O que eu quero é preservar aquele que é um traço único. -----

---- Vocês dirão, mas para quê? Afinal de contas é um edifício moderno. A gémea, diremos melhor, a irmã mais velha da Panreal existe a Panificadora em Chaves, pois ela é classificada desde de dois mil e seis como imóvel de interesse municipal por Chaves. Por que não podemos nós fazer exatamente a mesma coisa? Por que não podemos nós ter a fortuna de ter uma obra como aquela entre aquilo que nos é caro e não ver transformado num simples parque de estacionamento? -----

---- A mim comprovadamente e acontecerá a muitos dos Vila-realenses vão cair lágrimas dos olhos no dia em que os buldózeres vierem e esse dia está próximo em que vão deitar abaixo aquilo. -----

---- Hoje falou-se aqui tanto de memória, eu vou-vos dizer uma coisa, as pessoas passam é verdade, as pessoas não ficam, não são mais do que isso, as coisas ficam para sempre e as instituições também. E, portanto, se a Panreal for deitada abaixo não é o Senhor Presidente da Câmara, provavelmente, ninguém se recordará dele daqui a séculos, mas é a instituição é a Câmara que vai deitar abaixo a Panreal. -----

---- E, portanto, se querem saber o que eu penso, é isto, a história não esquece. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: antes de dar a palavra à Assembleia, dizer que assumo a sua crítica por inteiro e o único culpado de aqui haver água em garrafas de plástico, sou eu e assumo essa culpa. -----

--- E também lhe prometo e agradeço a sua observação de que este fator irá ser corrigido. Muito obrigado. Daria agora de seguida a palavra à Assembleia para se pronunciar sobre este assunto. Ninguém quer usar da palavra, darei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: antes de mais quero felicitar a Senhora Professora pela criação do movimento e todos aqueles que fazem parte deste movimento de proteção da padaria Nadir Afonso. Acho que o movimento cívico criado com estas características em defesa de algo que acreditam profundamente é bem-vindo nesta matéria como em todas as outras e, portanto, felicito a Senhora Professora por este movimento e todos aqueles que integram este movimento. -----

--- Dizer-lhe também que, infelizmente, o movimento pediu e bem a classificação como monumento de interesse público, a Panificadora Panreal, não vale apenas agora explicitar o sítio onde ela está localizada, todos a conhecem mas, infelizmente, também o processo foi arquivado, nem sequer foi analisado, foi simplesmente arquivado porque os fundamentos são públicos, consideraram que o estado de degradação a que a padaria chegou não merecia sequer essa classificação. -----

--- Dito isto, a Câmara Municipal, como há pouco aqui explicitiei, aquando de um primeiro contacto com o Lidl tentou explicar que havia vantagens e tentamos sensibilizar o Lidl para as vantagens que teria na reabilitação daquele espaço e adaptando aquele espaço à expansão daquela superfície comercial, infelizmente não fomos atendidos. -----

--- Infelizmente, também, como disse, a Direção Geral do Património Cultural, onde participou a Direção do Norte da Cultura que não está em Lisboa, está em Vila Real e, portanto, está cá, a sede é cá em Vila Real, não considerou que valesse apenas analisar e classificar aquele imóvel. -

--- E, portanto, cumpriremos em tudo o resto aquilo que a lei determina tendo presente uma coisa, a classificação implicaria uma consequência, como há pouco aqui explicitiei, a classificação implicaria, no meu ponto de vista, comprar e reabilitar, já que, o privado ou os privados, tentamos sensibilizar, oferecendo inclusive ou disponibilizando o projeto de um concurso que lançamos, não houve privados que tivessem vontade de investir e de requalificar aquele património. -----

--- A Câmara Municipal não tem capacidade financeira para intervir naquele espaço, colocar ali dinheiro público, por exemplo comprar terrenos ao Lidl que permitissem o acesso à panificadora ou terrenos envolventes que permitissem esse acesso porque os acessos, como sabe, é público estão condicionados não temos dinheiro para o fazer. -----

--- Também, achamos por bem, acatando aquilo que foi uma decisão nacional, de gente que à partida é insuspeita, que saberá muito mais do que eu, é obviamente subjetivo, haverá com certeza opiniões muito diversas e decidimos também não avançar com a classificação do imóvel em termos municipais pelos motivos que há pouco aqui explicitiei e que agora voltei aqui a citar.

---- Portanto, quando entrarem processos será necessário ouvir novamente a Direção Regional da Cultura do Norte através do IGESPAR, haverá um processo legal que envolverá todo este processo, está o processo na Câmara para análise dos serviços, os serviços analisarão dentro daquilo que a lei impõe e seguiremos a tramitação que a lei nos obriga a seguir porque nós não somos donos da lei. -----

---- Como disse, a classificação implica uma consequência, pelo menos é essa a nossa perspetiva e não temos capacidade financeira de acionar e tirar a consequência devida da classificação da padaria enquanto interesse municipal. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: concluídos os assuntos desta Assembleia, anuncio a leitura da **minuta da Ata** pelo Senhor Primeiro Secretário, a qual, após votação, **foi aprovada por unanimidade**. -----

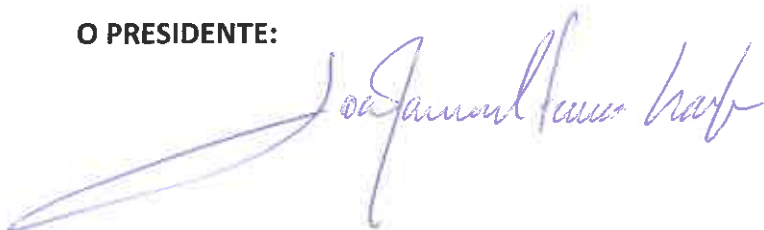
---- Senhoras e Senhores Deputados, quero desejar a todos uma boa noite. Muito obrigado. ---

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram zero horas e quinze minutos do dia trinta de abril de dois mil e dezanove. -----

---- A presente ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Junho de dois mil e dezoito. -----

O PRESIDENTE:



O PRIMEIRO SECRETÁRIO:



A SEGUNDA SECRETÁRIA:

